

GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO

Ensino Médio
e precarização
do trabalho
docente nas
escolas privadas

MEMÓRIA

Anísio Teixeira:
luta por uma
educação universal e
gratuita para todos

TRABALHO

Desafios e conquistas
históricas da convenção
coletiva do ensino superior



DOSSIÊ

Deus ex machina:
Inteligência Artificial,
Cultura e Tecnologia

sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp



EDIÇÃO_01
OUTUBRO/2023
ISSN: 2525-6394

SAIBA COMO A TECNOLOGIA INFLUENCIA NA LUTA DE CLASSES E NO RACISMO



Use o cupom
GIZSINPROSP20

e ganhe
20%
de desconto
na compra
do livro
no site da
Boitempo

www.boitempoeditorial.com.br



Entrelaçando tecnologia e ciências humanas, Deivison Faustino e Walter Lippold apresentam um debate provocador sobre diferentes assuntos de nossa era, como inteligência artificial, internet das coisas, soberania digital, racismo algorítmico, big data, indústrias 4.0 e 5.0, segurança digital, software livre e valor da informação.

Depois de uma jornada que marcou o início dos anos 2000, e para celebrar outubro, o mês das professoras e professores, a revista GIZ está de volta. Com entusiasmo renovado e a firme intenção de se consolidar como uma referência para as e os docentes, e no necessário encontro da Educação com as novas perspectivas e desafios colocados pelas ciências, as tecnologias, as artes, a política e a cultura.

Com periodicidade semestral, versões digital e impressa, a GIZ contemplará, em todas as suas edições, um dossiê temático especial, sobre assunto relevante e de interesse público, pautado pela efervescência do momento. Além disso, artigos de fôlego e entrevistas distribuídos por quatro editoriais: Trabalho, Cultura, Educação e Memória. A revista ainda se guia por três princípios éticos estruturantes: a pluralidade de ideias, a contemplar diferentes correntes de pensamento, sempre em sintonia com a defesa da Democracia; a transversalidade, para escapar das narrativas fragmentadas e contribuir com o pensamento crítico; e a profundidade e qualidade de seus textos, garantidas pela constituição de um Conselho Editorial também de excelência.

Com a nova revista GIZ, fazendo jus à sua história, a diretoria do SinproSP pretende, em síntese, construir e garantir mais um espaço de diálogos com as professoras e os professores que representa. Ajudando a fomentar reflexões que se constituam em referência para toda a categoria. Porque é sempre no SinproSP que se articulam nossas lutas, nossas utopias e a defesa da dignidade do nosso trabalho e da nossa prática pedagógica e cidadã.

Longa vida à Revista GIZ. E boa leitura!

CHICO BICUDO, *Coordenador de comunicação*

EDIÇÃO **01**

GIZ

REVISTA DO SINDICATO DOS
PROFESSORES DE SÃO PAULO

EDITORIAL	A nova revista GIZ CHICO BICUDO Pág. 03
NOSSA CAPA	O feitiço da tecnologia e o poder J. S. FARO Pág. 06
COLABORADORES	Quem contribuiu para a nossa edição número 01. Pág. 08
DOSSIÊ	Deus Ex Machina: Inteligência Artificial, Cultura e Tecnologia DEIVISON FAUSTINO e WALTER LIPPOLD Pág. 10
TRABALHO	Desafios e conquistas históricas da convenção coletiva do ensino superior <i>Entrevistados:</i> CELSO NAPOLITANO e LUIZ ANTONIO BARBAGLI Pág. 22
EDUCAÇÃO	Ensino Médio e precarização do trabalho docente nas escolas privadas SANDRA CABALLERO, PRISCILLA BORELLI e IGOR DE PAULA Pág. 34
MEMÓRIA	Anísio Teixeira: luta por uma educação universal e gratuita para todos <i>Entrevistada:</i> CLARICE NUNES Pág. 50
CHARGE	REGINALDO JOSÉ AZEVEDO FORTUNA Pág. 58

SUMÁRIO

DIRETOR
Celso Napolitano

COORDENADOR EDITORIAL
José Salvador Faro

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO
Chico Bicudo (0025078/SP)

ASSISTENTE EDITORIAL
Natasha Meneguelli - Jornalista responsável (0094672/SP)

DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Alessandro De Toni

CONSELHO EDITORIAL
Daniel De Thomaz
Iberê Moreno Rosário e Barros
Nancy Casagrande
Neusa Barbosa Bastos
Osvaldo Souza Santos
Patrícia Paixão
Sandra Caballero Chagas
Thadeu Almeida

A REVISTA GIZ é uma publicação semestral do Sindicato dos Professores de São Paulo. ISSN : 2525-6394
Os textos assinados não necessariamente refletem a opinião do veículo.


sindicato dos professores de são paulo
Sinpro sp

Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino,
São Paulo, SP - CEP 04038-000

   @sinprosp



Aponte a câmera
do seu celular para o
QR code e acesse:
www.sinprosp.org.br

 (11) 5080-5988

EXPERIMENTE

O feitiço da tecnologia e o poder



aprendiz de que fala o título acaba perdendo o domínio dos elementos mágicos que manipula sem que saiba como escapar da encrenca em que se meteu. Só o feiticeiro é que pode salvá-lo, pois é ele quem tem o poder do conhecimento como fundamento de sua autoridade. Vale a pena assistir ao desenho (acesse o link nas referências ao final deste texto) para acompanhar o jogo de metáforas que Goethe faz, todas elas remetidas ao universo cultural de seu tempo: o extraordinário avanço científico que acabava por cindir o mundo entre categorias sociais com maior ou menor controle sobre o capital da Ciência. Aliás, nesse sentido, basta conferir na própria gravura de Barth a variedade de instrumentos que cercam o feiticeiro para perceber todo o arsenal de que ele dispõe para exercer seu domínio; uma profusão de objetos que insinuam mistérios incompreensíveis para o comum dos mortais, situação esta em que o esperto aprendiz se encontra.

No poema (e no desenho animado da Disney) quem manda é quem sabe fazer e desfazer com o poder de que se encontra investido; quem obedece e é subalterno no jogo de forças do conhecimento, está sob o jugo do capital da Ciência, à semelhança do que acontece hoje com as megaempresas de tecnologia que dispõem do know-how e da estrutura político-financeira com os quais estabelecem o seu sistema de poder. Não é exagero supor que Goethe percebeu aí, em pleno século XVIII, esse conflito decorrente da pretensão do aprendiz, a luta de classes em estado primário: o feiticeiro acaba por determinar o seu controle e a estabelecer a sua ordem no universo dos fenômenos que conhece e operacionaliza. É o *Deus ex-machina* de que se valiam os gregos para descrever a divindade superior que se impunha aos humanos, sempre que estes

A figura da capa deste número da revista GIZ é uma cópia da gravura feita pelo pintor alemão Ferdinand Barth, em 1882. Até onde é possível saber, o desenho foi motivado pelo poema de Goethe (1749-1832) intitulado O aprendiz de feiticeiro.

A história, que chegou a inspirar o clássico desenho infantil homônimo produzido pelos estúdios Disney nos anos 40, é aparentemente simples: interessado em tirar proveito pessoal dos poderes de seu mestre, o

estivessem em apuros pela transgressão dos atributos divinos, segundo os quais só os deuses é que podem dispor deles (dos atributos) para si e para o mundo.

O exemplo mais conhecido é o de Prometeu, que violou a sacralidade do fogo, e talvez o mesmo possa ser dito sobre Oppenheimer em relação à energia nuclear, transgressão pela qual o físico pagará com o desconforto de sua consciência. É o oposto o que acontece com o aprendiz: a sabedoria que adquiriu é meramente instrumental e utilitária, não vai além da imanência daquilo que observa; por isso, obedece e não controla coisa alguma. Como fez Harry Truman, o presidente dos EUA que ordenou o lançamento das bombas atômicas sobre o Hiroshima e Nagasaki em 1945, um gesto aparentemente banal para ele, mas que matou milhares e que atemorizou o mundo para sempre. Truman não tinha a menor noção do que estava fazendo e se tornou um brinquedo de forças que não controlava. Para ele, o que importava era a destruição do Japão.

Esse conjunto de situações vistas em sua complexidade significativa e que guardam uma forte analogia com vários e diferentes momentos da História, pode perfeitamente servir como um roteiro para alguma interpretação dos processos tecnológicos que o mundo vive nesta etapa da modernidade tardia. Agora mesmo, estamos diante da penúltima ruptura representada pela Inteligência Artificial (IA). Olhando de perto, os mistérios de impessoalidade e sistematização da IA são va-

lores dos quais tira o poder sobre a existência do que quer que seja. Na verdade, é mais que isso: o que esse sistema pretende é se consolidar como uma referência inquestionável e performativa que lhe assegure sua hegemonia.

Aos aprendizes do andar de baixo só lhes resta o senso comum no limite do que é permitido, além da perda da sua autonomia subjetiva, aquela que poderia nos tornar sujeitos da História e animar nossa luta contra a irracionalidade operacional nas mãos de big techs, cujo objetivo é um poder sem limites, exceto na hipótese de que seja a própria sociedade a instância que as discipline e controle – como lembraram os debatedores do seminário organizado pela GIZ sobre o livro *Colonialismo Digital*: por uma crítica hacker-fanoniana.

A figura do feiticeiro onipotente, desenhada por Barth com os braços abertos como se fosse um protetor dos elementos que só ele estuda e compreende, é que nos parece explicar esse ar tolo e apalermado com que estamos normalizando a vida digital que se processa nos chats gpt. São mecanismos de poder nas mãos do capitalismo tecnológico-instrumental que estabelecem uma ordem verticalizada de regulação em favor da qual a resposta exigida e imposta tem sido sempre a mesma: conformem-se e obedeçam.

Será este o cenário que aguarda professoras e professores com a perda de seu papel central do processo educativo em favor de um mundo cibernético? ●

J.S.FARO, *Coordenador editorial*

Referências:

- Goethe, J.W. O aprendiz de feiticeiro. São Paulo: Boitatá, 2023
- O Aprendiz de Feiticeiro. Project Mayhem, 2023. Disponível em: https://www.projetomayhem.com.br/o-aprendiz-de-feiticeiro-1?utm_source=pocket_saves. Acesso em: 10 de set. de 2023.
- GHOETE, J. Wolfgang. O Aprendiz de Feiticeiro. Literatura contemporânea em língua portuguesa, 2023. Disponível em: https://www.sites.google.com/site/factosdavidareal/literatura/j-wolfgang-goethe/o-aprendiz-de-feiticeiro?utm_source=pocket_saves. Acesso em: 10 de set. de 2023.

HILDEBRAND, Nicole. Fantasia: a Disney que se permitiu ousar. Querido Clássico, 2023. Disponível em: https://www.queridoclassico.com/2022/04/fantasia-disney.html?utm_source=pocket_saves. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Fantasia 1940. Youtube: felipefranca2012, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LfZ6pJ5Kaqs&t=1582s>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

A alegoria do Aprendiz de Feiticeiro de Goethe e o Capitalismo. Tradução Agindo, 2023. Disponível em: <https://traduagindo.com/2019/03/16/a-alegoria-do-aprendiz-feiticeiro-de-goethe-e-o-capitalismo/>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

SANDRA CABALLERO CHAGAS >>>
Diretora do SinproSP e professora de Sociologia no Ensino Médio. Autora em Educação.
Editoria Educação



GILBERTO MARINGONI >>>
Jornalista, cartunista e professor universitário brasileiro.
Editoria Trabalho



CLARICE NUNES >>>
Professora de História da Educação da UFF, doutora em Ciências Humanas e Educação pela PUC-Rio e fundadora do Grupo de Trabalho de História da Educação da ANPEd.
Editoria Memória



LUIZ ANTONIO BARBAGLI >>>
Vice-presidente do SinproSP.
Editoria Trabalho



<<< **CELSO NAPOLITANO**
Presidente do SinproSP, presidente da FEPEESP, e professor aposentado da FGV-SP.
Editoria Trabalho



<<< **IGOR RAFAEL DE PAULA**
Professor e coordenador pedagógico do ensino privado, Doutorando em Educação pela USP, Membro da REDLADGEO e do GEPED-USP/SP, e professor no Cursinho Popular Elza Soares.
Editoria Educação



<<< **MAYARA GREGORACCI DOS SANTOS**
Diretora do SinproSP, professora do ensino médio do SENAC, Ciências Sociais/Sociologia pela UNESP, mestra em Educação pela Unicamp e pesquisadora na área de juventude e política educacional.
Editoria Dossiê

POLLYANA FERRARI >>>
Professora do Departamento de Comunicação e do programa Tecnologias da Inteligência e Design Digital da PUC-SP, jornalista, autora de livros, pós-doutora em Comunicação pela UBI, de Portugal.
Editoria Dossiê



WALTER LIPPOLD >>>
Professor do Uniafro da UFRGS, autor de livros, editor da Proprietas, pesquisador do INCT da UFF e do Núcleo Reflexos de Palmares da Unifesp, Membro do Coletivo Fanon.
Editoria Dossiê



SÉRGIO AMADEU >>>
Professor da UFABC, doutor pela USP, membro do Comitê Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (ABCiber), autor de livros e pesquisador.
Editoria Dossiê



<<< **DEIVISON FAUSTINO**
Professor da Unifesp, autor de diversos livros, doutor em Sociologia, integrante do Instituto Amma Psique e Negritude, e pesquisador do Núcleo Reflexos de Palmares.
Editoria Dossiê



<<< **PRISCILLA BORELLI GARCIA**
Professora do ensino público e privado, pós-graduada em História, Sociedade e Cultura pela PUC-SP, membro do LEF da USP, e coordenadora do Cursinho Popular Elza Soares.
Editoria Educação



<<< **JOÃO FRANZIN**
Jornalista desde 1977, começou no sindicalismo em 1979. Coordena a Agência Sindical, responsável pela imprensa sindical.
Editoria Trabalho

— dossiê

Deus Ex Machina: Inteligência Artificial, Cultura e Tecnologia

Por DEIVISON FAUSTINO e
WALTER LIPPOLD

“O mito Deus Ex Machina revisitado: quem coloniza quem?”
é um dos capítulos do livro “Colonialismo Digital: por uma
crítica hacker-fanoniana”. A publicação do texto nesta
edição da GIZ foi autorizada por Deivison Faustino
e Walter Lippold, autores da obra, da editora Boitempo.

*“Hoje vivemos num mundo muito pobre
de interrupções, pobre de entremeios e
tempos intermédios [...]. Há diversos tipos de
atividade. A atividade que segue a estupidez
da mecânica é pobre em interrupções.
A máquina não pode fazer pausas. Apesar
de todo o seu desempenho computacional, o
computador é burro, na medida em que lhe
falta a capacidade para hesitar.”*

Byung-Chul Han, *Sociedade do cansaço*

Tem sido cada vez mais frequente no cinema convencional e, principalmente, naquele de streaming a veiculação de filmes que alertam para o risco de insurreições cibernéticas em que máquinas autonomizadas se rebelam violentamente contra seus criadores, escravizando-os ou até os exterminando. A imagem não é nova, sobretudo na sociedade ocidental, e remete a uma ficção que suscita o mito de Prometeu, quando este titã rouba o fogo celeste de Zeus pater no Olimpo e o entrega aos humanos, dando-lhes a oportunidade de criar tékhne, lógos, ciência e arte e, sobretudo, de se rebelar contra seus criadores.

Na modernidade, porém, o mito se inverte quando o desobediente titã, cansado de ter seu fígado devorado no Cáucaso, parece desviar o fogo celeste das mãos dos humanos para suas ameaçadoras máquinas automatizadas: do célebre romance Frankenstein, de Mary Shelley, à saga Matrix, de Lilly Wachowski e Lana Wachowski, veem-se retratados os receios humanos de que, agora, sua servil criação ganhe sentidos próprios de existência e se rebele violentamente, colocando a existência social e biológica em risco. De certa forma, o famoso documentário O dilema das redes (2020), de Jeff Orlowski, retoma esse mito ao alertar sobre os impactos devastadores das tecnologias a partir da apresentação de programadores arrependidos por terem desenvolvido sofisticadas tecnologias de vigilância e controle cibernético, que se retroalimentam por meio da aura

humana. Nessa narrativa mítica, não apenas o suposto mundo virtual aparece como contraposto ao mundo real, como o primeiro, identificado com o espaço cibernético, é visto como entidade autônoma que ameaça dominar o suposto mundo real.

Nesta altura, podem ser úteis algumas explicações conceituais. O termo “cibernética” vem do grego kubernetes, que significa timoneiro (1), pois o leme é considerado um dos primeiros dispositivos de navegação. O termo passou a circular pelos artigos científicos e pesquisas militares de ponta em 1948, com a publicação de Cibernética, ou controle e comunicação no animal e na

máquina, livro do matemático Norbert Wiener. A cibernética se interessa pelos processos de comunicação e controle presentes nos seres vivos, mas também nas máquinas. Em resumo, trata da não descontinuidade entre a carne e a máquina, entre a tecnologia e o organismo vivo, o que faz dela um processo anterior à própria internet. Hoje utilizamos alguns conceitos como ciberespaço, cibercultura e ciborgue, mas pouco conhecemos sobre as origens dessa teoria (2).

1. Na linguagem náutica, o timoneiro – pessoa que controla o leme – é o principal responsável pela navegação.

2. Joon Ho Kim, “Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural”, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 10, jun. 2004, p. 199-219; disponível on-line.

Um dos legados desse campo é o desenvolvimento do princípio do feedback. Nos Estados Unidos, no auge dos esforços militares da Segunda Guerra Mundial, uma equipe formada por antropólogos, engenheiros, matemáticos e fisiologistas se uniu para desenvolver armas que funcionassem a partir do princípio de feedback, também chamado de realimentação ou retroalimentação. Esse princípio telenômico de processamento de informação (3) foi posteriormente utilizado em outros campos do conhecimento humano, como a biologia, a antropologia e a psicologia sistêmica, com vistas à explicação do processo de antropogênese e psicogênese. No caso dos estudos tecnológicos, segundo se esperava, o feedback realimentaria a performance de mente, corpo e tecnologia na evolução humana (4).

Nos anos 1980, com o aprofundamento da terceira fase da Revolução Industrial, o termo “cibernética” favoreceu o surgimento do movimento literário chamado cyberpunk (5). Desde o advento da cibernética, seu significado foi dilatado e desdobrado em novos termos que hoje são corriqueiros, mas nem sempre compreendidos. No mesmo patamar de intensa popularização e relativa incompreensão encontram-se os termos “virtual” e “digital”.

Ao contrário do que se pode intuir, o virtual não é contrário do real nem pode ser confundido com o digital. O digital é o armazenamento e o processamento de dados em computadores em forma de códigos que representam letras, números, imagens, sons etc. (6), enquanto o virtual é um atributo potencial da realidade que pode ser apreendido pelo trabalho do pensamento. Na Grécia Antiga, o virtual, pensado como virtus, força, potência, significava um ser que ainda não se realizou, mas que possui possibilidades de realização. Desde Aristóteles (7), a potência é uma possibilidade que ainda não é, mas pode vir a ser. O exemplo mais abordado, neste caso, é o da semente: a semente, consolidada em ato, contém em si o potencial de ser uma qualidade de árvore. Embora esteja prevista em sua natureza, enquanto não brotar e crescer, de fato, a árvore só existirá nela virtualmente, ou seja, em potência.

No entanto, o filósofo derridiano Pierre Lévy propõe uma distinção lógica entre “possível” e “virtual” (8). O primeiro termo, pouco aberto à criação, está determinado por suas próprias características, enquanto o segundo traz em suas propriedades ontológicas a abertura à criação inovadora de acontecimentos externos:

O virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. [...] Por um lado, a entidade carrega e produz suas virtualidades: um acontecimento, por exemplo, reorganiza uma problemática anterior e é suscetível de receber interpretações variadas. Por outro lado, o virtual constitui a entidade: as virtualidades inerentes a um ser, sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são parte essencial de sua determinação. (9)

Segundo o filósofo, podemos pensar a realidade do “virtual”, por exemplo, na comunicação analógica de uma voz. As ondas sonoras de uma palavra emitida por corda vocal são as mídias (meios de propagação) dos dados a ser captados por um tímpano e decodificados pelo cérebro humano. Mas os significados que lhes atribuímos no pensamento estão no campo do virtual. Pensamentos, em sua dimensão teleológica, são reais na qualidade de ente existente, embora intangíveis, enquanto não se objetivam através da ação humana. Se o virtual não é oposto ao real, o mesmo se pode dizer do universo digital, oferecido pelo computador. Mas aqui há algumas particularidades a ser consideradas.

Em primeiro lugar, a intangibilidade que caracteriza programas, aplicativos e algoritmos não é teleológica, mas causal (10). Ainda que possamos programar um robô digital (bot) para identificar padrões matemáticos em certa base de dados e que, depois de determinada quantidade de operações, seus algoritmos estejam aptos e habilitados a reprogramar seus próprios parâmetros de cálculo, seu modo de funcionamento, aplicação e finalidade ainda dependerá das leis causais impostas por sua programação inicial, da supervisão humana dos vieses e, sobretudo, das propriedades físicas dos hardwares sob o qual operam (11).

3. O termo “telenômico” vem do grego *telo* [finalidade] e *nomia* [leil]. Isso significa que o processamento de informação não se resume a meros processos espontâneos e entrópicos de dissipação de energia, presentes em todo o universo, mas sim a um processo de trabalho não espontâneo, próprio dos seres vivos, movido por

um dado objetivo: “Os sinais que transitam pelo sistema nervoso do animal acionando e movimentando seus sentidos, músculos e ossos são pulsos eletroquímicos. É matéria processando energia. Contudo, nesse caso, essa matéria-energia está possibilitando pôr em forma seu corpo e, por meio dele, todo o ambiente à volta, visando extrair energia livre do ambiente para repor a sua. Essa específica forma telenômica de trabalho é definida como informação”. Ver Marcos Dantas et al, *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet* (São Paulo, Boitempo, 2022), p. 19.

4. Joon Ho Kim, “Cibernética, ciborgues e ciberespaço”, cit.

5. “Em seu livro de não ficção, *The Hacker Crackdown: Law and Disorder on the Electronic Frontier*, Bruce Sterling comenta que o termo cyberspace surgiu em 1982 na literatura cyberpunk [...]. Naquele ano, William Gibson lançou *Neuromancer*, considerado um clássico da literatura cyberpunk, que além do termo cyberspace também introduziu o termo matrix para se referir ao ciberespaço como uma rede global de simulação. Sterling acrescenta que o ‘ciberespaço’ não é uma fantasia de ficção científica, mas um ‘lugar’ onde temos experiências genuínas e que existe há mais de um século.” Joon Ho Kim, “Cibernética, ciborgues e ciberespaço”, cit., p. 212-3.

6. Agenor Martins, *O que é computador?* (São Paulo, Brasiliense, 1991).

7. Aristóteles, *Metafísica*, v. 1 e 2 (trad. Marcelo Perine, São Paulo, Loyola, 2001).

8. Pierre Lévy, *O que é o virtual?* (trad. Paulo Neves, São Paulo, Editora 34, 1996), p. 16.

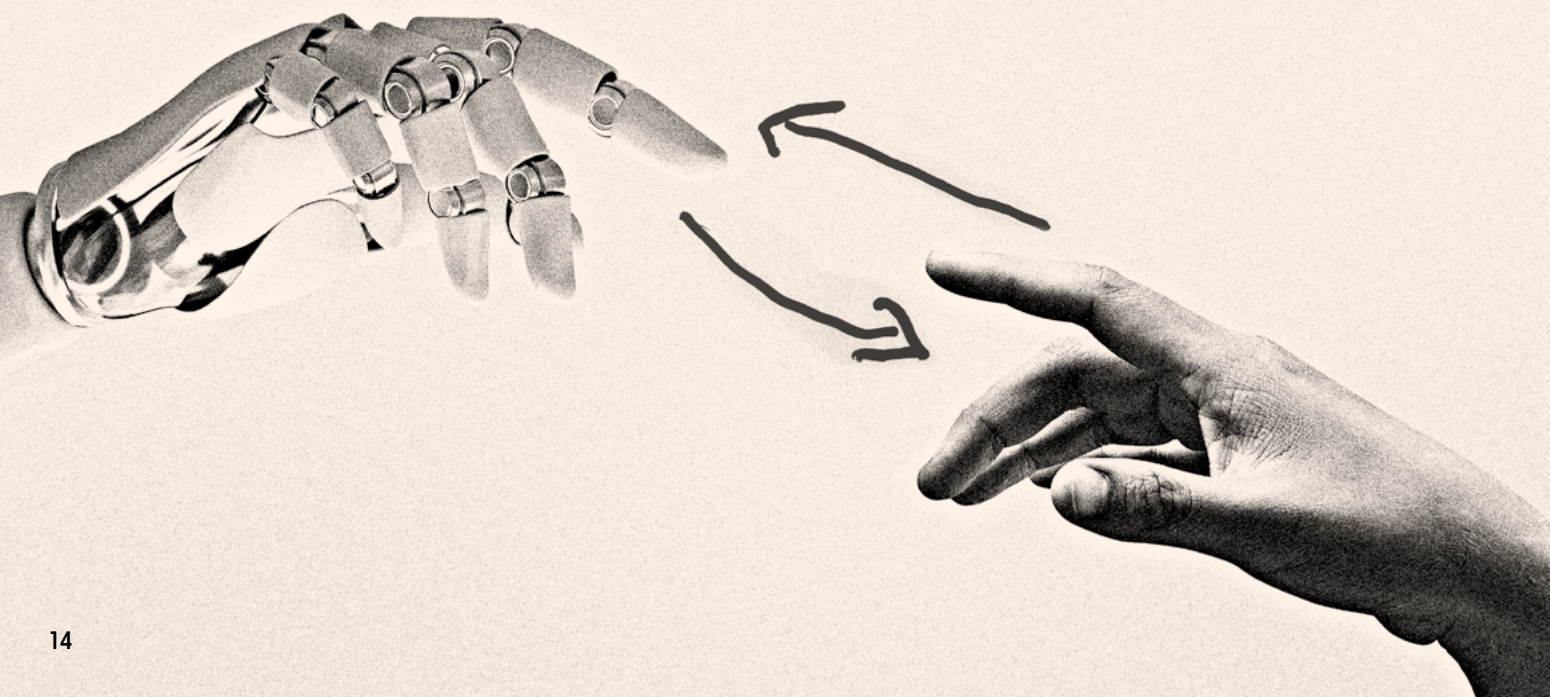
9. Idem.

10. Para uma diferença entre teleologia e causalidade, ver György Lukács, *Para uma ontologia do ser social II* (trad. Nêlio Schneider, São Paulo, Boitempo, 2013). Para o filósofo húngaro, teleologia é a capacidade de antever em sua mente o resultado do trabalho. Essa

antecipação, no entanto, é possível a partir da observação não automática de dados da realidade concreta e, ao mesmo tempo, encontrará na concretude causal do mundo os limites para sua projeção. Uma ação prática bem-sucedida é aquela que consegue captar as leis gerais do objeto que visa a alterar. Assim, teleologia e causalidade se distinguem, mas só existem, para os seres humanos, em relação. Um passo anterior e talvez germinal à teleologia é a telenomia. É um dado mais geral de todo ser vivo superar as formas minerais e espontâneas de trabalho (consumo entrópico de energia para o descanso) em direção a um processo não espontâneo (telenômico) de movimento orientado por um dado objetivo, que pode ser se alimentar, se reproduzir ou se abrigar de um ambiente hostil. Ver Marcos Dantas et al., *O valor da informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet* (São Paulo, Boitempo, 2022). Para Lukács (Para uma ontologia do ser social II, cit.), a experiência humana representa um salto ontológico mais complexo em relação às formas de existência minerais e biológicas anteriores, ainda que não possa prescindir delas, uma vez que seguimos sendo seres vivos, compostos por um determinado arranjo químico

11. É possível que um dia a chamada inteligência artificial alcance o que, no jargão gig, é conhecido como “singularidade tecnológica”: um agente computacional que supere a necessidade imposta por sua programação inicial e alcance a capacidade e a liberdade de autoaperfeiçoamento, autonomizando-se e ultrapassando a inteligência humana. Hoje, o processamento de dados pelas chamadas redes neurais profundas (deep learning) já permite que os dados de saída de um determinado bot produzam resultados inesperados aos programadores. Por essa razão, há todo um investimento em mão de obra qualificada para supervisionar e refinar o trabalho dos robôs, que, por sua vez, registram as novas configurações de refinamento para precisarem, cada vez menos, da interferência humana, até que surjam novas tarefas. Sobre inteligência artificial e o chamado “aprendizado de máquina”, ver Dora Kaufman, *A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?* (Barueri, Estação das Letras e Cores, 2018).

Ao contrário do que se pode intuir, o **virtual** não é contrário do **real** nem pode ser confundido com o **digital**. O digital é o armazenamento e o processamento de dados em computadores em forma de códigos que representam letras, números, imagens, sons etc, enquanto o virtual é um atributo potencial da realidade que pode ser apreendido pelo trabalho do pensamento.



Um caso que parece desafiar essa definição e está causando grande comoção – e pânico – entre as apostas de inteligência artificial é o modelo de linguagem escrita ChatGPT, lançado no fim de 2022. Diferente dos chatbots convencionais, ele consegue gerar textos, fórmulas matemáticas ou desenhos em código ASCII, automaticamente a partir de poucos dados de entrada, oferecendo respostas novas (12). A óbvia capacidade criativa do programa transcende os limites meramente causais rumo a um processamento telenômico de informação, mas ainda não parece apresentar um salto ontológico na direção de uma teleologia (13). De qualquer modo, não deixa de representar uma revolução tecnológica sem precedentes.

Em segundo lugar, a existência do universo digital somente é possível a partir da interação de pessoas em determinados meios físicos de comunicação codificada. Assim como na comunicação analógica, esses meios físicos demandam certa quantidade, velocidade e interação de massa e energia no tempo e no espaço para que sejam possíveis. Como lembra Marcos Dantas, nem mesmo a informação, com suas características intangíveis e simbólicas, pode prescindir de certo arranjo químico e físico (embora não se reduza a isso).

Definimos informação como alguma modulação de energia que provoca algo diferente em um sistema ou ambiente qualquer e produz, nesse sistema ou ambiente, algum tipo de ação orientada, se nele existirem agentes capazes e interessados em captar e processar os sentidos ou significados daquela modulação. A informação, assim, não está no objeto nem no agente. Ela se encontra na interação, na relação estabelecida por meio de fenômenos físico-químicos, entre i) agentes movidos por suas finalidades e ii) as formas por eles destacadas no ambiente da ação, durante o tempo da ação. (14)

Ainda que não possamos pegar uma foto virtual, ela ocupa um lugar no tempo e no espaço. Um nude picante enviado ao crush exige uma câmera fotográfica (por exemplo, de um celular) que converte determinado padrão de luz e sombra em códigos binários que, por sua vez, são transmitidos por determinado meio físico (rádio, cabo, fibra óptica, satélite etc.) para outro aparelho que os receba, os decodifique e os converta em uma imagem semelhante à anteriormente emitida.

O nude recebido, ainda que tenha sido alterado por aplicativos de filtros ou nem seja a verdadeira foto-

grafia do emissor, não deixa de ser uma entidade real, dotada de determinados atributos físicos dispostos no tempo e no espaço. Não à toa, de tempos em tempos, temos de apagar algumas fotos para liberar espaço no HD de nosso celular. Se o digital não fosse real, não precisaria respeitar as leis da física, e sua produção, sua transmissão e sua recepção seriam impossíveis, ficando restritas à imaginação.

O digital não é apenas um dado objetivo da realidade, mas também – assim como outras produções humanas ao longo da história – alterou decisivamente nossa percepção subjetiva acerca do tempo e do espaço, transformando, com isso, a nossa percepção a respeito do virtual. Antes da internet e do respectivo desenvolvimento tecnológico que permitiu condensar uma câmera fotográfica de alta resolução em um aparelho móvel de telefone, a foto do nude teria que ser revelada em um estúdio por um funcionário desconhecido, mediante um pagamento, para depois ser enviada pelo correio, demorando dias e até semanas para chegar, a depender da distância entre o emissor e o receptor.

[teleologicamente] Os recentes avanços no campo da IA respondem positivamente à primeira pergunta. Sobre a segunda, o processo de aprendizado das máquinas (deep learning) refuta a ideia de ‘pensar’, pelo menos de acordo com o senso comum da expressão. Ambas remetem aos conceitos de inteligência e consciência, numa aproximação entre as ciências cognitivas e as computacionais perpassando as teorias da mente. Mesmo com vasta bibliografia [...], o conhecimento sobre a mente humana (inteligência e consciência) ainda é bem limitado, ‘grande parte da mente humana permanece como um território não mapeado’. Dora Kaufman, “Inteligência artificial: questões éticas a serem enfrentadas”, *Cibercultura, democracia e liberdade no Brasil*, IX Simpósio Nacional ABCiber, PUC-SP, 2016.

12. Outro produto oferecido pela OpenAi com funcionamento semelhante, mas exclusivo para imagens, é o Dall-E.

13. Em uma revisão sistemática sobre a inteligência artificial, Dora Kaufman coloca a questão da seguinte forma: “Russell e Norvig (2009) propõem duas perguntas filosóficas: a) pode a máquina atuar de forma inteligente? e b) pode a máquina realmente pensar?”

14. Marcos Dantas et al, *O valor da informação*, cit., p. 17, grifos do autor.

O que queremos explicitar é que o processamento de dados em um sistema virtual aberto, ainda que em forma de códigos, depende de pulsos binários e dispositivos em estado sólido (circuitos integrados – chips) que trabalham por ações eletromagnéticas. O famoso bit (o 0 e o 1) é uma espécie de código operado pelo liga e desliga da eletricidade em um conjunto complexo e cada vez menor de circuitos integrados. Os elétrons que circulam por seus fios de cobre ou ouro são mensurados em termos de massa ou energia, assim como seu processamento, seu armazenamento e seu transporte dependem de meios físicos sem os quais o cômputo não se estabelece. Se há uma inquestionável intangibilidade da materialidade digital – já que aplicativos, nudes e e-books podem ser reproduzidos ad infinitum –, essa reprodução depende da adição de energia real que circula sob cabos tangíveis

espalhados pelo planeta graças a altíssimos investimentos em infraestrutura. O límpido intangível só existe em interação umbilical com o poluído e concreto tangível.

Com a internet, o aplicativo de interação, autorizado a acessar sua câmera e seu arquivo de imagens, tira a foto e a envia ao receptor – mesmo aquele que se encontra em outro continente – em frações de segundo, dando a ilusão intuitiva de que o arquivo viajaria instantaneamente, em um suposto tempo real. Embora se fale em uma “compressão do espaço e do tempo” que acelera a velocidade de circulação a um patamar quase absurdo, essa velocidade é objetivamente limitada pela quantidade e a qualidade de energia empregada em seu movimento, mas também pelos suportes por meio dos quais ela trafega. A ideia de um suposto tempo real é uma ilusão que oculta a materialidade dos dados e dos meios necessários a seu tráfego.

Embora se fale em uma “compressão do espaço e do tempo” que acelera a velocidade de circulação a um patamar quase absurdo, essa velocidade é objetivamente limitada pela quantidade e a qualidade de energia empregada em seu movimento, mas também pelos suportes por meio dos quais ela trafega. A ideia de um suposto tempo real é uma ilusão que oculta a materialidade dos dados e dos meios necessários a seu tráfego.

De todo modo, a aceleração advinda dessa transformação alterou decisivamente os ritmos sociais e, com isso, a dinâmica da vida cotidiana e nossa percepção a respeito do tempo e do espaço. O cenário pandêmico decorrente da epidemia de covid-19 intensificou essa percepção ao provocar uma inédita imersão no ciberespaço, que se consolidou como um dos mais poderosos dispositivos de subjetivação e conversão ampliada da vida em uma grande coleção de mercadorias. Uma subjetivação ambígua que conseguiu tanto intensificar a padronização de gostos, hábitos e desejos a partir de estímulos egoicos cuidadosamente distribuídos como ração de dopamina aos gados de todos os matizes ideológicos e crenças no pasto mundial de mineração de dados quanto dificultar a possibilidade de consensos ou algum projeto comum a partir da criação e da fragmentação ad infinitum de nichos e bolhas discursivas fechadas e hostis à diferença.

Ambos os aspectos tiveram sua contrapartida explicitada pela conjuntura atual. Enquanto a padronização permitiu solidariedades e diálogos novos entre sujeitos que, talvez, não se encontrariam de outra forma, as bolhas condicionaram, por sua vez, a existência de comunidades menores – às vezes, transnacionais – de interesse, autocuidado e aglutinação em torno de pautas específicas.

Atualmente, o sentimento hacktivista pode ser expressado como um tipo de ressaca da internet (15) ao presenciar os limites da utopia digital: vislumbramos o cenário distópico low life e high-tech do vigilantismo digital, das botnets que disparam fake news em prol do tecnofascismo ou, simplesmente, da intensificação ininterrupta e vertiginosa do cansaço, descrito por Byung-Chul Han (16): ligados (on-line) o tempo todo e em qualquer lugar, vemos o tempo e o espaço se dilatarem para intensificar de maneira adocedora a velocidade da produção e, conseqüentemente, dos vários ritmos que compõem nossa vida. Duas indústrias saíram fortalecidas da pandemia do novo coronavírus: a biotecnologia farmacêutica e as big techs. Estas últimas, no entanto, voltaram a entrar em crise com o fim das restrições epidemiológicas à mobilidade.

15. Leonardo Foletto, “Ressaca da internet, espírito do tempo”, Outras palavras, 9 jul. 2018; disponível on-line.

16. Byung-Chul Han, Sociedade do cansaço (trad. Enio Paulo Giachini, Petrópolis, Vozes, 2015).



Apesar de todo o avanço técnico-científico, a violência não diminuiu na sociedade; pelo contrário, o reino do terror, do genocídio, da tortura e da destruição em massa se fortaleceu, elevando o grau de sofisticação da violência e implementando-a com novas tecnologias necropolíticas de poder – poder esse que se volta tanto contra os territórios guetizados do mundo quanto sobre a humanidade como um todo (17). Manifesta-se também uma violência positiva que visa a banir ideologicamente toda negatividade, criando um mundo sem outro, sem eros, um mundo narcísico do autodesempenho, do coach e da autoajuda, do “empresário de si” (18).

Essa violência intrapsíquica, que, segundo Han (19), leva diretamente ao burnout e à depressão, é intensificada pelo revolucionamento constante e exponencialmente acelerado das forças produtivas, um desenvolvimento irrefreado de possibilidades técnicas que reconfigura a experiência sensível a patamares inimagináveis. Trata-se de uma ampliação jamais vista das capacidades humanas: a redefinição, sem precedentes, de nossa percepção e das concepções de tempo e espaço, mas, sobretudo, das noções de corpo e de self.

Assim, o mito prometeico, em sua face estranhada, se converte em seu oposto: o fogo produtivo que permitiu a rebeldia contra os deuses agora, fora de controle, ameaça destrutivamente a vida humana e até a sobrevivência do planeta. Falo da vida humana, a mesma que produz a riqueza social da qual advém a máquina, o software e seus algoritmos socialmente determinados; vida que se desvaloriza na mesma velocidade em que produz valor, submetida a poderes que

encarceram, matam, mutilam, fazendo do corpo uma mercadoria quantificável e descartável de um espetáculo do terror necropolítico.

A comoção que se seguiu ao lançamento do documentário *O dilema das redes* (direção Jeff Orlowski, 2020) é, de certa forma, alimentada por importantes estudos que problematizam os efeitos desse dilema no campo da filosofia e das ciências sociais e humanas. No entanto, em alguns momentos, essas louváveis reações lembram a revolta dos trabalhadores ingleses, entre 1811 e 1812, contra o avanço tecnológico propiciado pela Revolução Industrial. O movimento, chamado ludismo em referência a um trabalhador revoltado de nome Ned Ludd, eclodiu após os operários perceberem que a introdução das novas tecnologias na produção fabril não resultou no alívio de seu exaustivo turno, mas na substituição da mão de obra humana pela máquina. Em uma resposta quase visceral, iniciou-se uma ação violenta de quebra intencional das máquinas. Em defesa do movimento, o historiador Eric Hobsbawm argumenta que, embora este não tivesse condições de deter o “triumfalismo do capitalismo industrial como um todo”, não foi “de maneira alguma a arma desesperadamente ineficiente que se tem feito parecer” (20).

Atualmente, ninguém em sã consciência jogaria o celular contra a parede, mas vem crescendo a percepção de que as tecnologias da informação têm roubado parte preciosa de nós mesmos. Fala-se em como a tecnologia está dominando nossa vida, nos distanciando uns dos outros, nos desumanizando e, sobretudo, do cansaço que elas provocam ao nos converter em mercadorias. Em

contrapartida, alerta-se para o caráter supostamente voluntário dessa dominação à medida que a coerção externa tende a ser aceita e interiorizada por conta de um desejo íntimo de usufruir de seus benefícios.

Curioso é que a denúncia dessa tecnicização informacional da vida ganha força e consegue se difundir justamente através dos mecanismos disponibilizados por esse mesmo avanço tecnológico, comemorado, ao mesmo tempo, em seus possíveis benefícios à humanidade. O progresso científico e tecnológico, anunciado como o grande triunfo do século XXI, tem demonstrado um caráter fortemente ambíguo no que diz respeito aos desdobramentos políticos e sociais do seu uso.

Neste agitado início de século, período de incríveis descobertas científicas e novas formas de interação, o mundo segue de certa maneira a máxima advinda da literatura cyberpunk low life, high-tech: a miséria humana, a violência militar imperialista, as migrações forçadas, a xenofobia racializada (21) e os fundamentalismos tendem a se integrar com o avanço tecnológico, em especial na área militar e na comunicação. As tendências políticas balcanizantes são, contraditoriamente, perpassadas pela mais totalizante ubiquidade que o mundo já viu, o *modus operandi* do capital em sua tendente submissão da vida à produção do mais-valor.

É necessário alertar para certa colonização da vida pelas máquinas e pelos algoritmos, mas a pergunta que as pessoas nem sempre se fazem é: quem domina quem? Se a máquina domina o humano, ainda que por meio de uma servidão voluntária, quem domina

a máquina? Em outras palavras, se algoritmos macabros colonizam nosso cotidiano para captar dados e induzir nosso comportamento e nossa subjetividade, com que razão o fazem? Será correto atribuir razão e, portanto, status de sujeito ao algoritmo quando ele próprio é programado por alguém com vistas à obtenção de determinados resultados?

De fato, como se demonstrou em *O dilema das redes*, quem programa os algoritmos para fazer exatamente o que têm feito são pessoas... Mas essas pessoas são trabalhadores informacionais altamente especializados, a serviço, na maioria das vezes, dos grandes oligopólios capitalistas que impõem as lógicas e a função de tudo o que será produzido.

O dilema em questão não é, necessariamente, nem sequer constitui um dilema, mas, sim, os reflexos das contradições postas pelo emprego da tecnologia informacional nas relações capitalistas de produção. Independentemente da nobreza ou da abjeção das motivações e dos resultados práticos, tudo o que se faz nas chamadas redes – e, cada vez mais, fora delas – tem se convertido em dados a ser capturados, manipulados e minerados pelos grandes monopólios informacionais em favor da extração de mais-valor.

Trabalho, estudo, entretenimento, sociabilidade e sexualidade têm sido cada vez mais mediados por aplicativos e plataformas comandados pelas big techs do vale do Silício. São programas proprietários que, além de monopolizar a comunicação, nos vigiam e mineram os dados e biodados que produzimos para vendê-los a valores maiores que o do ouro ou o do petróleo.



O mito prometeico, em sua face estranhada, se converte em seu oposto: o fogo produtivo que permitiu a rebeldia contra os deuses agora, fora de controle, ameaça destrutivamente a vida humana.

17. Achille Mbembe, *Crítica da razão negra* (trad. Sebastião Nascimento, São Paulo, n-1, 2018).

18. Byung-Chul Han, *Sociedade do cansaço*, cit.

19. Idem.

20. Eric Hobsbawm, *Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981), p. 27.

21. Sobre xenofobia racializada, ver Deivison Faustino e Leila Maria de Oliveira, “Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil”, *REMHU*, v. 29, n. 63, set.-dez. 2021, p. 193-210; disponível on-line.

Na sociedade pós-moderna de sujeitos esquizoides, de hiper-realidade espetacular, a fragmentação das diferenças é unificada, dentro do que Marx chamou de unidade na multiplicidade, sob o “leito de Procusto” do capital, este Moloch que cada vez mais cria um mundo à sua imagem e semelhança, sua criação destrutiva. Se a diferença se multiplica e fragmenta culturalmente os sujeitos na globalização, a identidade é cimentada através da ubiquidade da mercadoria dentro do modo de produção capitalista. Nunca a mercadoria foi tão pervasiva, nunca a contradição entre produção social e apropriação privada esteve tão explícita.

As novas tecnologias informacionais são a tônica de nosso velho e admirável mundo novo. Um mundo real onde tudo muda a velocidades crescentes, mas muda para intensificar e diversificar as velhas formas de produção e extração de mais-valor. As promessas de um capitalismo informacional ou imaterial, cidades inteligentes, smarthouses e trabalho em casa, tudo pervasivamente ligado a uma internet das coisas (IoT – internet of things), na verdade nos permitiram morar no trabalho e/ou em um shopping supostamente metavirtual, onde a vida vai sendo, cada vez mais, convertida em uma entediante e fungível coleção de mercadorias.

Um admirável mundo novo sob as velhas bases do velho mais-valor. Eis a questão! O trabalho pioneiro de Nich Couldry e Andreas Hepp é emblemático: há uma dimensão colonial na forma como nossas relações cotidianas têm sido alteradas pelos dados, configurando um tipo de colonialismo que eleva as formas de dominação a um novo patamar. Contudo, eles alertam, “esse novo colonialismo não acontece apenas por si mesmo, mas é impulsionado pelos imperativos do capitalismo” (22).

No mesmo caminho, o engenheiro brasileiro Roberto Moraes argumenta:

A economia de plataformas realiza um misto de dataficação, financeirização e neoliberalismo. Não há como analisar as big techs e a dominação tecnológica-digital que elas exercem na condição de “empresa-plataformas-raiz” fora do contexto da hegemonia financeira do capitalismo contemporâneo. Tanto na atração de capitais (fundo hedge e venture capital) nos processos de capitalização quanto na extração de valor da economia real e da produção.(23)



As bases sobre as quais repousa esse inimaginável milagre ateu ainda são a propriedade privada e a violenta extração de mais-valor, processo para o qual o racismo e a racialização seguem se apresentando como elementos indispensáveis. Esse indigesto “detalhe” influi não apenas no que será produzido e em quem terá o poder de acessar esses produtos, mas, sobretudo, nos desenhos tecnológicos que os concebem e seus algoritmos.

Algoritmos são receitas, sequências, previsões... programas planejados por alguém para determinado fim. Como todo design tecnológico, eles expressam, recolocam e podem intensificar as contradições sociais do meio que estimulou ou possibilitou sua criação. Colocado nesses termos, o aparente dilema se desfaz e revela, na verdade, uma velha e ainda não superada contradição: o capital versus o trabalho. ●

22. Nick Couldry e Andreas Hepp, *The Mediated Construction of Reality: Society, Culture, Mediatization* (Cambridge, Polity, 2017).

23. Roberto Moraes, “Big techs: teia de aranha digital-financeira entra em novo patamar de acumulação e controle sobre o mundo real e o poder”, Blog do Moraes, 8 nov. 2021; disponível on-line.

Se a **diferença** se multiplica e fragmenta culturalmente os sujeitos na globalização, a **identidade** é cimentada através da ubiquidade da mercadoria dentro do modo de produção capitalista. Nunca a **mercadoria** foi tão pervasiva, nunca a **contradição** entre **produção social** e a **propriação privada** esteve tão explícita.

Autores: Deivison Faustino e Walter Lippold

Explicação: “O mito Deus Ex Machina revisitado: quem coloniza quem?” também é um dos capítulos do livro “Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana”. A primeira edição da obra de Deivison Faustino e Walter Lippold, publicada pela editora Boitempo.

Leitura ampliada:

MAIELLO, Cristina; BENEDITO, Fabiana; BERALDO, Paulo. Antíglossário questiona imaginários sobre IA e trabalho por plataformas. *digilabour - laboratório de pesquisa*, 2023. Disponível em: <https://digilabour.com.br/antiglossario-questiona-imaginarios-sobre-ia-e-trabalho-por-plataformas/>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

Lippold, W., & Faustino, D. (2022). Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinál: Marxismo e educação em debate*, 14(2), 56–78. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>

Lippold, W., & Faustino, D. Colonialismo Digital - Guia de Leitura/Armas da crítica #31. Blog da Boitempo, 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/guia-de-leitura-colonialismo-digital-adc31/>. Acesso em: 15 de set. de 2023.

SANTINI, Daniel; SOUZA, Joyce; FOLETTO, Leonardo Foletto. Internet: o Desafio Morozov. *Outras Palavras - Jornalismo de Profundidade e Pós-capitalismo*, 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/internet-o-desafio-morozov/?utm_source=pocket_reader. Acesso em: 10 de set. de 2023.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Não haverá soberania digital sem o Estado. *Outras Palavras - Jornalismo de Profundidade e Pós-capitalismo*, 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/nao-havera-soberania-digital-sem-o-estado/?utm_source=pocket_reader. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Vídeo: Seminário Inteligência Artificial, Cultura e Tecnologia

https://www.youtube.com/watch?v=01qHJhd-_4

O debate, durante evento de lançamento da GIZ, faz parte do Dossiê e tem a presença dos autores Deivison Faustino e Walter Lippold, além dos debatedores Sérgio Amadeu e Pollyana Ferrari, e a diretora do SinproSP, Mayara Gregoracei dos Santos, como mediadora.

_trabalho

Desafios e conquistas históricas da convenção coletiva do ensino superior

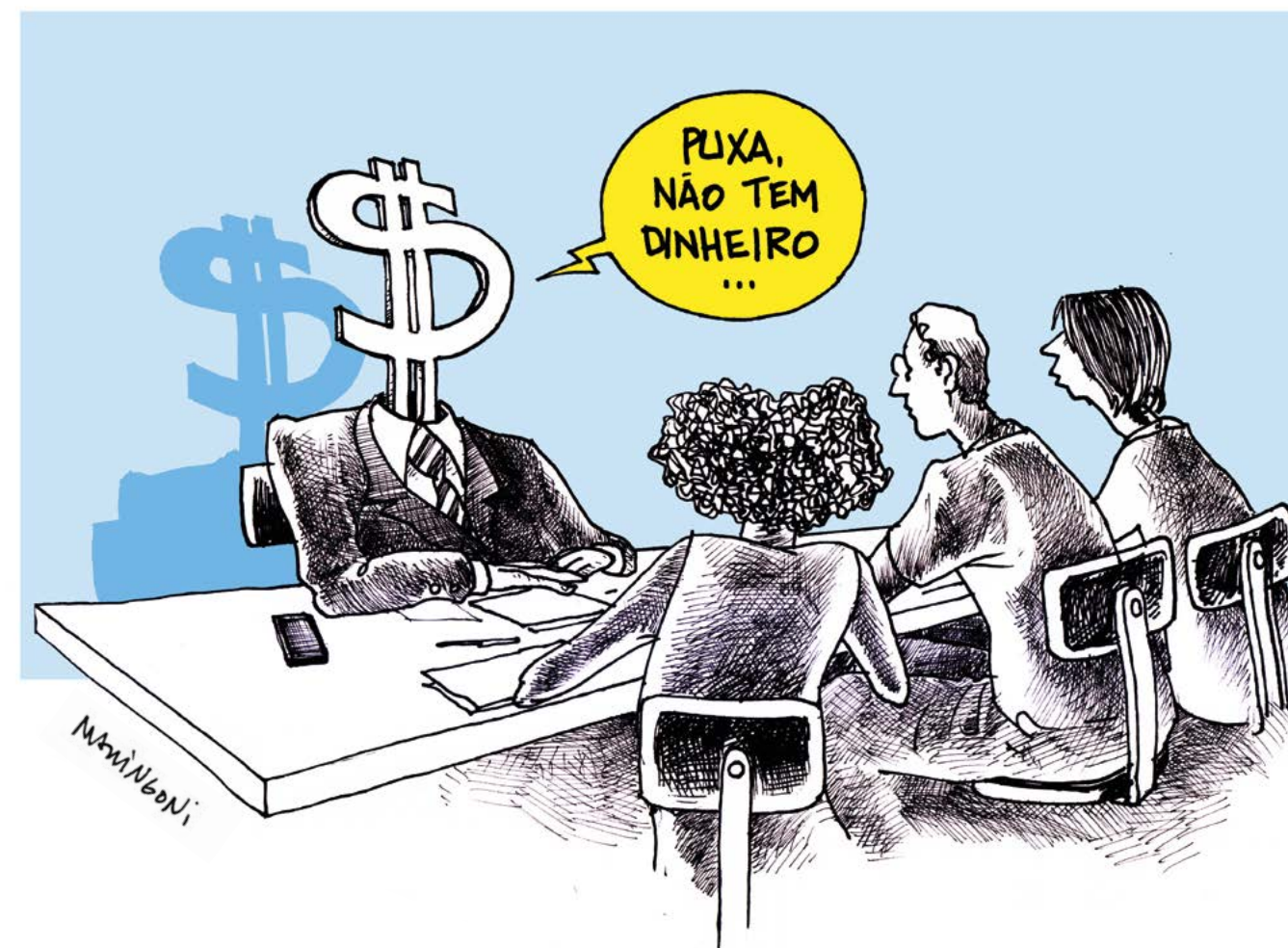
A entrevista, com **Celso Napolitano** e **Luiz Antonio Barbagli**, traz o percurso da campanha salarial do ensino superior e as vitórias das professoras e professores

O Resultado das negociações da campanha salarial que abrange o período 2022-2025 é um marco histórico para professoras e professores do ensino superior. Na entrevista abaixo, as principais dificuldades que a FEPESP (1) e os sindicatos que a integram (2) (entre eles o SinproSP) enfrentaram são analisadas e confrontadas com as perspectivas do futuro.

Como entrevistador – aqui também chamado de ‘provocador’, pela contundência e competência jornalística com que formulou suas perguntas – o jornalista João Franzin (assessor da FEPESP); como entrevistados o Professor Celso Napolitano (presidente da Federação e do SinproSP) e o Professor Luiz Antonio Barbagli (vice-presidente do Sindicato de São Paulo), ambos na condição de principais negociadores da convenção que foi assinada em 14 de agosto de 2023.

As negociações duraram 17 meses, um tempo exageradamente longo em comparação com campanhas anteriores. Os resultados, no entanto, surpreendem por sua complexidade e pelo vulto que adquirem na configuração de um conjunto de direitos que se constituem agora na matriz das futuras campanhas.

Por que tanto tempo? Que conquistas foram essas? Como se explica a reticência com que os empresários do ensino superior tratam e discutem as reivindicações da nossa categoria? Como professoras e professores reagiram a essa demora? A entrevista e o emaranhado de variáveis que são analisadas como componentes de um cenário político delicado e pleno de ensinamentos. Não é propriamente uma entrevista, mas um documento.



JOÃO FRANZIN: Celso, por que durou tanto tempo essa campanha? O saldo dela foi positivo?

CELSO NAPOLITANO A campanha salarial do ensino superior dos últimos dois anos e as negociações com os representantes patronais do ensino superior, foram realmente muito extensas: 17 meses, de fevereiro de 2022 a junho de 2023. E o principal motivo foi o fato de a representação sindical, desde a primeira reunião, ter se pautado pela defesa irredutível da recomposição dos salários das categorias. No mínimo, pelo índice de inflação do período anterior, princípio econômico deliberado pelas assembleias dos 24 sindicatos integrantes da Fepesp.

Para entender essa “inflexibilidade”, é preciso voltar no tempo e considerar as árduas negociações dos anos de 2020 e de 2021, que ocorreram durante a pandemia.

O isolamento social foi decretado em 13 de março de 2020, quando estávamos na segunda ou terceira rodada de negociações referentes ao período anterior (março de 2019 a fevereiro de 2020). Professores e

professoras, confinados em nossas respectivas residências, como de resto toda a população, fomos obrigados a nos reinventarmos, refazermos o planejamento pedagógico baseado na interação pessoal e presencial com as alunas e os alunos e ministrar as aulas online, no modo remoto, com pouco ou nenhum conhecimento tecnológico, improvisando nossas casas como “estúdios de transmissão”, utilizando nossos precários equipamentos, custeando energia e banda larga de internet, enquanto cuidávamos dos filhos, companheiras e companheiros, parentes idosos.

1. A FEPESP, Federação dos Professores do Estado de São Paulo, é a organização sindical das entidades de professoras, professores, técnicos de ensino e auxiliares de administração escolar na rede privada do estado de São Paulo.

2. A FEPESP é integrada por 25 sindicatos municipais de São Paulo.

Essa situação que imaginávamos provisória, manteve-se por mais de ano, nunca sequer imaginada e vivenciada em todo o mundo. No Brasil, ainda pior, pelas atitudes inconsequentes e negacionistas do então presidente.

As escolas, notadamente as instituições de ensino superior que ofereciam cursos à distância, organizaram-se rapidamente e pode-se dizer que até se aproveitaram do isolamento para “vender” aos alunos e às alunas a ideia de cursar disciplinas remotamente, o que foi feito com grande sucesso e às custas do trabalho docente, precarizado, com “ensalamento” de turmas. Isto é, o acúmulo de alunos e alunas de campi distintos que cursavam a mesma disciplina em uma mesma turma, provocando a redução da carga horária semanal e até a demissão de docentes. Como exemplo, a UNINOVE demitiu em junho de 2020 metade do corpo docente, provocando a reação imediata do Sinpro, que instaurou processo de demissão em massa no Tribunal do Trabalho de São Paulo.

Enquanto isso, as negociações salariais foram retomadas a “passo de tartaruga”, sem a possibilidade de os Sindicatos mobilizarem professores, professoras e auxiliares, justamente amedrontados ante a possibilidade de desemprego e, conseqüentemente, perderem a segurança do plano de saúde em meio à pandemia. Não se sabia, naquele momento, como reagiriam trabalhadores e trabalhadoras ao chamamento de reuniões ou assembleias remotas. Assim como os trabalhadores e as trabalhadoras, dirigentes sindicais foram obrigados a “reinventar” formas de mobilização naquela nova ordem.

Assim, aquela negociação se estendeu até o ano de 2021, acumulando o período de março de 2020 a fevereiro de 2021, o que, naquela conjuntura, resultou no “acordo possível”: conseguimos a manutenção das cláusulas, inclusive durante o período de negociação, e recuperamos a massa salarial dos dois anos, em forma de abono, sem, no entanto, repor nos salários a inflação acumulada do período. Professores, professoras e auxiliares, convocados às suas respectivas assembleias, reconheceram o desequilíbrio de forças naquela conjuntura e consideraram razoável manter todos os direitos con-

quistados, repor parte da inflação (4% de reajuste salarial, ante a defasagem de 6,54%), para “contar os mortos e feridos”, recuperar as forças e o poder de mobilização para a campanha salarial seguinte que estava próxima.

E aí, em 2022, quando fomos para as assembleias, os professores e as professoras foram categóricos: chega de emprestar dinheiro para as instituições de ensino superior, agora queremos pelo menos a reposição da inflação nos salários. Iniciamos a negociação colocando sobre a mesa, como primeiro ponto de pauta, essa exigência. Mas a representação patronal, influenciada pelas grandes organizações (3), recusou de pronto a nossa reivindicação. Queriam os representantes das mantenedoras e o Sindicato patronal discutir, num primeiro momento, as suas próprias reivindicações. Pasmem! As instituições de ensino superior apresentaram em mesa de negociação pauta de reivindicações que consistia na redução ou eliminação de direitos históricos das categorias, duramente conquistados. Não permitimos que nos afastássemos do nosso principal objetivo e, com isso, passamos um tempo enorme discutindo essa questão com a recusa peremptória das instituições de ensino em repor a inflação daquele período. Esse, portanto, foi o principal motivo do tempo perdido na negociação.

Enquanto insistíamos na reposição integral da inflação, em exaustivas reuniões semanais, de março a agosto, a representação patronal utilizava a velha tática “do salaminho”, oferecendo “o alimento em finas fatias”. Isto é, proposta de 3%, ante o índice inflacionário de 10,57%. Depois de algumas rodadas, outra fatia: 4% de reajuste, a partir de abril, sendo março a data base. Enquanto isso, conseguíamos garantir a manutenção da vigência das cláusulas sociais e preparávamos a mobilização. Em assembleia, as categorias manifestavam-se firmemente, recusando-se a aceitar nada menos que a reposição inflacionária. Isso ocorreu no período de março a agosto de 2022, quando professores, professoras e auxiliares, mobilizados e mobilizadas, manifestaram sua repulsa pela intransigência patronal e deliberaram pela greve

JF Perfeito, mas o desfecho da campanha passou pela justiça do trabalho?

LUIZ ANTONIO BARBAGLI Sim. Nas assembleias de junho de 2022, final do primeiro semestre letivo, as categorias deliberaram que em agosto, na volta das férias coletivas, já em trabalho presencial, caso as negociações não avançassem, haveria o confronto político. E assim foi feito, com a convocação de assembleia em dia letivo, decidiu-se pela greve.

Por isso, ao todo, a campanha durou 15 meses. Começou em março de 22 e acabou em junho de 23. Essa campanha teve toda essa trajetória. Deliberada a greve, foi instaurado o dissídio coletivo de greve junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em que saímos vitoriosos. Em sessão de julgamento histórica, no dia 26 de outubro de 2022, conquistamos a reposição nos salários do INPC, no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, 10,78%, retroativo a março de 2022 e a manutenção de todas as cláusulas sociais pelo período de 4 anos, até fevereiro de 2026.

Com a publicação do acórdão, a nossa tarefa era a de fazer com que as instituições cumprissem a sentença. Mobilizamos os professores e as professoras nos locais de trabalho e notificamos as instituições de ensino.

Mas o Sindicato patronal consegue, no Supremo Tribunal Federal, por meio de liminar, no dia 9 de dezembro, suspender a eficácia da sentença do TRT. Essa foi uma “jogada” muito inteligente. Perversa, inusitada, mas inteligente, e é importante que se tome conhecimento dessa artimanha jurídica: os advogados do Sindicato patronal “pulam” o Tribunal Superior do Trabalho, instância “natural” que recepciona os recursos contra decisões dos tribunais regionais e acionam diretamente o STF. E não apenas o sindicato patronal, também outras Instituições de Ensino ingressam com recursos e pedidos de liminar no STF,

utilizando como pretexto a discussão sobre a constitucionalidade da cobrança da contribuição assistencial, concedida na sentença do TRT. Naquele momento a taxa assistencial era inconstitucional. Então as Instituições de Ensino Superior conseguem suspender a eficácia da sentença do dissídio de São Paulo.

Repito: perversa, mas interessante essa artimanha jurídica. Não se discutiu as outras cláusulas, como vigência de 4 anos das cláusulas sociais, o foco foi concentrado apenas em uma das cláusulas e, ao invés de suspender a eficácia daquele preceito, o ministro Fux decidiu pela suspensão de toda a sentença.

CN Lembrando que o ministro Fux suspendeu a eficácia da sentença em dezembro de 2022, época de encerramento do semestre letivo, provas finais, apresentação e defesas de TCCs, férias forenses, mobilização próxima de zero. Festas de final de ano, recesso escolar de 30 dias, garantido pela CCT e que as Instituições não ousaram desrespeitar. Chegamos em fevereiro de 2023. Nova data-base. Voltamos às assembleias para discutir a nova pauta de reivindicações. As deliberações foram unânimes em todo o estado: “não desistimos; exigimos o cumprimento da sentença do TRT e a reposição da inflação do ano anterior, 6,09%. Acumulada com o índice do dissídio coletivo, resultava em 17,30%. “Nenhum tostão, nenhum direito a menos”.

LAB Voltamos em março de 2023 à mesa de negociações. Sem flexibilizar um milímetro, de cabeça erguida. Amparados pelas categorias, estávamos dispostos a enfrentar até a derrota em um possível julgamento do STF, mas não desistiríamos dos nossos propósitos: manutenção das conquistas e, ao menos, reposição da inflação nos salários.

3. Essa é uma das dificuldades que a FEPESP e os sindicatos que a integram enfrentam há bastante tempo: o caráter oligopolista que o ensino superior adquiriu no Brasil em consequência do processo selvagem e predatório de privatização que se intensificou no final dos anos 90, inclusive com a presença de empresas estrangeiras na área da universidade. Essa conjuntura, que acabou por mercantilizar o ensino e precarizar o trabalho docente, tornou o empresariado obcecado pelo lucro fácil e por uma ideologia patronal insensível ao alargamento dos direitos da nossa categoria.

E enfrentamos mais uma vez a reação feroz e deletéria das grandes organizações educacionais mercantis, que visam somente o lucro, a valorização dos preços das ações, a distribuições de dividendos aos acionistas, em detrimento da qualidade do serviço prestado: a qualidade do ensino. Querem, a toda prova, cortar custos e economizar, acumular recursos para novas aquisições, agindo de modo predatório, feito aves de rapina, contra Instituições tradicionais, ao instituir valores irrisórios de mensalidades escolares, à custa da precarização das condições de trabalho dos docentes e técnicos administrativos. Portanto, a maior parte da responsabilidade pelo atraso do desfecho das negociações deve-se à atuação dos representantes desses grandes grupos na mesa de entendimentos.

Mas, como foi dito, não arredamos pé. Depois de algumas rodadas de negociações, voltávamos às assembleias, consultávamos os trabalhadores e as trabalhadoras e nos fortalecíamos diante do apoio das categorias.

CN É importante registrar a importância da participação da categoria. Em todos os momentos em que os professores e professoras foram convocadas, eles e elas atenderam e discutiram ações e opções com a diretoria do Sinpro. Aqui, em São Paulo, as assembleias tiveram uma grande repercussão, e foram de ótima qualidade. O nível da discussão entre professores, professoras de Universidades foi por demais interessante.

E em função do apoio, resultante da mobilização da categoria, percebida pela representação patronal, que conseguimos furar o bloqueio das organizações mercantis e, finalmente, construir na mesa de negociação a proposta que foi aprovada por mais de 90% das professoras e dos professores presentes, em xxx de junho, 16 meses após o início das negociações, em março de 2022.

Uma vez acertada, o passo seguinte foi redigir os termos do acordo, transformado em duas Convenções Coletivas de Trabalho: uma com duração de dois anos: de março de 2022 a fevereiro de 2024, inserida no sistema mediador do Ministério do Trabalho em 21 de agosto último e outra, por um ano, de março de 2024 a fevereiro de 2025.

JF No último dia 21 de agosto foi depositado no sistema mediador o termo do acordo coletivo de agosto agora, culminando neste período de 15 meses. Ele encerra a campanha, uma fase, e ele enseja novos passos, ainda, de coisas que ficaram pendentes na campanha? Como é que ficou isso?

LAB Importante ressaltar que o Acordo negociado é para o período de 3 anos, com a celebração de duas Convenções Coletivas, sendo a primeira com duração de dois anos: março de 2022 a fevereiro de 2024, (depositada no sistema mediador) que recuperou a base salarial pela inflação do período (17,30%) e repõe toda massa salarial do período, com pagamentos parcelados (fato inédito, comparativamente aos outros Estados) e a segunda com duração de um ano, de março de 2024 a fevereiro de

2025, que consolida os direitos, mantendo todas as garantias denominadas “sociais” (mas que também têm impacto econômico), restando para discutir na data-base, as questões notadamente econômicas (reajuste, aumento real, PLR), além de piso salarial e condições de trabalho para as disciplinas ministradas a distância em cursos presenciais, que ficaram pendentes, mas cujas discussões e negociações preliminares já se iniciaram, além de outras reivindicações que vierem a ser deliberadas nas assembleias de 2024.

JF Professor Luiz Antônio, professor Celso, o mercado, em todas as áreas, ele vai mudando, né? No caso aqui do setor da educação privada, entre todas as alterações que já foram indicadas, resistem àquelas que estão mais tradicionais, que têm geralmente uma vinculação religiosa, ou escolas de nicho também. Mas ele já se torna um setor minoritário em relação ao número de matrículas, perderam mercado. Então nós temos um desafio daqui pra frente?

CN Esse foi um fator determinante para que nós chegássemos a um acordo. Estávamos novamente à beira do confronto. Como em 2022, aproximava-se o final do semestre letivo e se mantinha a intransigência patronal. Com o conjunto de professores e professoras, discutíamos a possibilidade de convocar assembleia estadual para propor um possível movimento grevista para o início do segundo semestre. O clima na mesa de entendimentos não era dos mais amistosos, as intervenções de ambas as partes provocavam ásperas respostas, a ponto de, como forma de não gerar ruídos, as possíveis propostas, entre duas rodadas, necessitarem de ser formuladas por escrito, em ofícios formais.

O divisor de águas, em nossa opinião, foi o ofício da representação sindical, após o feriado de Corpus Christi, em 12 de junho, dirigido à presidenta do SEMESP, em que foi reiterada a disposição de negociar, com a mesma veemência que defendíamos nossas posições e reivindicações e no qual revelávamos as verdadeiras questões que estavam impedindo o acordo. Ao que parece, na representação patronal, as Universidades e Instituições de Ensino tradicionais, mantidas por Fundações ou por gerações de educadores se deram conta que as atitudes das organizações mercantis, tinham, na verdade um caráter predatório. Precarizar ao máximo os salários e as condições de trabalho, tinham por objetivo a redução dos va-

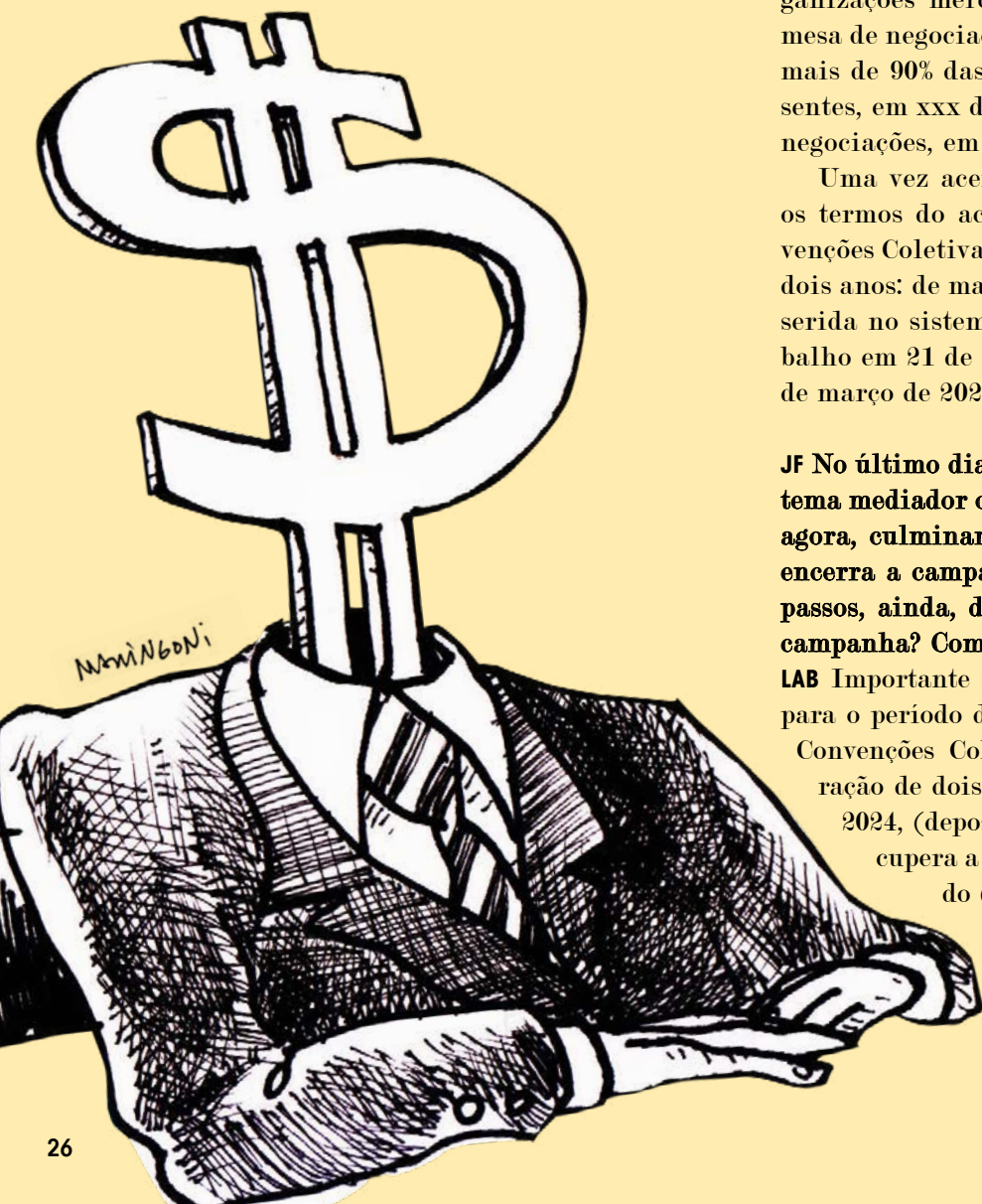
lores das mensalidades, como denunciávamos desde a negociação de 2022. E, aí, houve uma reviravolta nas posições da representação patronal e passamos a buscar posições convergentes. A partir desse momento passamos a discutir “como pagar”, uma vez que houve o reconhecimento da necessidade de recompor a base salarial, com o pagamento das diferenças resultantes da não aplicação dos reajustes. Do nosso lado, reconhecemos a justiça na compensação das eventuais antecipações concedidas ao longo do período.

JF E professor Celso, professor Luiz, parece que o desenho vai ficando claro. É um ataque por terra marcada, né? Fica visível que os principais prejudicados são os alunos e os professores. Ainda assim, durante todo esse processo complicado, os professores pegaram pela unha?

LAB Sem dúvida alguma, nessa campanha o touro foi pego à unha. No entender da direção do Sindicato e, podemos dizer, também do conjunto de professores e professoras, foi uma campanha vitoriosa. Estruturalmente, sedimentou e consolidou a validade das cláusulas sociais que a todo momento estavam sob a ameaça patronal e que são de fundamental importância para a categoria e marcou a posição de não permitir defasagem nos salários, em relação à inflação. E, conjunturalmente, repôs a massa salarial do período, além de reconhecer aos desligados no período o direito de receber as diferenças salariais, no prazo em que trabalharam, a partir de março de 2022.

A negociação não beneficiou apenas os que continuaram trabalhando nas Instituições, mas também aqueles que eventualmente foram demitidos ou pediram demissão e que podem continuar ou não na atividade acadêmica.

CN E foi por esses motivos que as assembleias aprovaram a proposta de assinar duas Convenções Coletivas de Trabalho, cobrindo o período de 3 anos, ao invés de permanecer no processo de dissídio coletivo junto aos Tribunais. O acordo tem a propriedade de atribuir responsabilidades aos signatários, enquanto a decisão judicial pode transformar-se em intermináveis batalhas jurídicas, nas quais cada parte pretende interpretar a seu modo o teor da sentença. Nessa última hipótese, o pagamento das diferenças salariais e dos desligados teria que ser reivindicado através de ações de cumprimento.



JF Os empregadores estão cumprindo os prazos, os pagamentos?

LAB Geralmente, sim, pelos mesmos motivos descritos anteriormente. As Instituições de Ensino, em assembleia, aprovaram o acordo e as Convenções por unanimidade. Quem aprova, tem a intenção de cumprir. Lógico que existem as Mantenedoras “devedoras contumazes”, em face das quais serão instauradas ações de cumprimento, para garantir os direitos dos professores, ante a possibilidade de prescrição, após decorridos 5 anos, mas de um modo geral os pagamentos estão sendo realizados, sem nenhum problema, a partir das notificações encaminhadas pelo SinproSP, contando com a fiscalização dos professores e das professoras. Como as diferenças salariais do período de 16 meses são de grande monta, podendo chegar a dois salários, dependendo das antecipações salariais concedidas ou não no período, o Sindicato elaborou uma “calculadora remota”, em que, uma vez alimentada pelos percentuais de antecipação, calcula os valores a receber. Esse recurso ajudou muito a tarefa de fiscalização. A categoria respondeu satisfatoriamente e com entusiasmo.

JF Mas, vocês disseram que ainda há cláusulas pendentes. Então as negociações não se encerraram?

CN Ocorre que há duas reivindicações cujas discussões demandariam um tempo maior: o piso salarial da categoria de docentes do ensino superior e as condições de trabalho docente em aulas ministradas a distância, em cursos presenciais.

A questão do piso salarial é uma reivindicação histórica da categoria e cuja ausência foi agravada a partir de 2017, com o advento da lei 13467, a chamada “reforma” trabalhista, que modificou mais de 200 artigos da CLT, descaracterizando-a por completo.

Aliás, a lei que desfigurou a CLT e precarizou as relações de trabalho, merece ser analisada com o devido cuidado. Lembrando que começou com uma mensagem do governo Temer, em dezembro de 2016, propondo a modificação de 9 artigos da CLT. A proposta daquele governo, aparentemente democrática foi de debater amplamente com a sociedade a possibilidade de adaptar alguns aspectos da legislação a possíveis novas condições de trabalho. Tanto que, ao

iniciar a legislatura em 2017, várias audiências públicas foram agendadas, contando com a participação de representantes patronais e laborais. Quando, de repente, não mais que de repente, surge a figura do deputado Rogério Marinho, até então um obscuro parlamentar do Rio Grande do Norte, que se transformou em porta voz e representantes dos empresários e, simplesmente, esquartejou a CLT, propondo a alteração de mais de 200 artigos, em nome de uma pretensa “modernização” das relações de trabalho, mas que na verdade descaracterizava o princípio basilar da lei trabalhista, que é o da defesa dos hipossuficientes.

As propostas redigidas nas sedes de famosos escritórios jurídicos e, dizem, em gabinetes de tribunais, colocam em pé de igualdade atores cuja correlação de forças é intrinsecamente desigual: empregados e empresários e minimiza, ou até anula a participação dos sindicatos. Na calada da noite, na madrugada de 27 de abril de 2017, após 4 sessões extraordinárias, e 14 horas de embates, foi aprovado o substitutivo daquele deputado, sob o consentimento do deputado Rodrigo Maia, então presidente da Câmara e diante do olhar atônito dos dirigentes sindicais, apanhados de surpresa. Passou com a velocidade de um trem bala japonês.

JF É porque eles fizeram uma ação muito fulminante. Por exemplo, ao mesmo tempo em que faziam tudo isso eles alteravam as NR’s, a norma de regulamentação e o financiamento dos partidos. Ou seja, eles foram colocando muitas bombas no nosso colo e como eu vou desarmar a primeira se eu tenho que desarmar a segunda? Além do mais, estavam com a vantagem, eles é que decidiam o processo.

CN Sim, pode ser, mas nesse caso, haveria que decidir qual a bomba que deveria ser desarmada prioritariamente, ou seja, qual teria a capacidade de produzir mais estragos. Em minha opinião, o efeito destruidor da “bomba trabalhista”, ao longo do tempo, foi subestimado, em detrimento da reforma partidária. Como exemplo, cito o artigo que instituiu a possibilidade de alterar o quadro de cargos e salários de uma empresa, a qualquer tempo, sem negociar com os Sindicatos e, pior, sem a análise do Ministério do Trabalho. Para a categoria docente, é nitroglicerina pura, pois a iso-

“ O efeito destruidor da “bomba trabalhista”, ao longo do tempo, foi subestimado, em detrimento da reforma partidária. Como exemplo, cito o artigo que instituiu a possibilidade de alterar o quadro de cargos e salários de uma empresa, a qualquer tempo, sem negociar com os Sindicatos e, pior, sem a análise do Ministério do Trabalho. Para a categoria docente, é nitroglicerina pura, pois a isonomia salarial somente pode ser desrespeitada na hipótese de haver plano de carreira.” Celso Napolitano

nomia salarial somente pode ser desrespeitada na hipótese de haver plano de carreira. Os empresários do ensino superior descobriram a “pedra de toque”: modificam os planos de carreira, instituindo patamares com valores menores para ingresso e condições mais draconianas de ascensão e, beneficiados pelo excesso de oferta, demitem docentes mais antigos, substituindo-os por outros de mesma titularidade e salários substancialmente menores. Portanto, urge o estabelecimento do piso salarial para professores e professoras do ensino superior, para estancar esse movimento perverso das grandes organizações mercantis.

A outra questão é a que diz respeito às aulas ministradas a distância, em cursos presenciais. Note que não estamos nos referindo, nem colocando em questão a regulamentação dos cursos ministrados predominantemente a distância.

A chamada EaD está regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação, e foi homologado pelo Ministério da Educação. Temos críticas a essa regulamentação. O próprio ministro Camilo Santana revelou sua desconfiança nesse modelo, quando da apresentação do censo da educação. Mas, é isso que temos, até que seja modificado. Quando alguém se matricula em um curso EaD, o faz conscientemente e se submete às condições estabelecidas pelas Insti-

tuições. É um modelo de ensino que pretende se adequar às condições de vida dos alunos e das alunas. O programa do curso é dividido em módulos, as aulas são previamente gravadas e que ficam à disposição, assim como os conteúdos, a interação “acadêmica” é feita por tutores que não têm a qualificação mínima, não são considerados docentes, e, portanto, não recebem como tal. Os professores responsáveis pelas disciplinas recebem por esses módulos, incluindo gravações e conteúdo, cujos direitos são cedidos a troco de quantias irrisórias e “supervisionam” centenas de alunos. Há casos de docentes “conteudistas” contratados como Pessoa Jurídica. Por esses motivos, o ticket médio (valor das mensalidades) dos cursos EaD são muito menores que o dos cursos presenciais. Além do mais, a taxa de evasão é alta. Alunos entram e saem a todo momento, muitas vezes aproveitando ofertas de descontos substanciais (chegando a custar R\$9,99 mensais), mas que vigoram apenas por alguns meses. Terminou a vigência do desconto, desistem, para ingressarem em outro momento. E o aluno “completa” a sua formação de modo caótico, estudando e prestando as avaliações, conforme a sua conveniência, obedecendo condições mínimas de tempo máximo de curso e frequentando, no mínimo, 30% da carga horária em atividades presenciais... quando são oferecidas.

O objeto da nossa reivindicação é a regulamentação das condições de trabalho dos professores e das professoras que ministram aulas a distância em cursos presenciais. Nesses cursos, os ingressantes têm a expectativa de experimentar a vivência universitária e interagir academicamente com os colegas e os professores, em turmas com número “adequado” de alunos. Por essas condições, as mensalidades escolares são mais caras e, espera-se, professores remunerados adequadamente, contratados com base na CLT e tendo direito às conquistas da Convenção Coletiva.

JF Mas a ideia, nesse segundo item, desses 40%, é estabelecer um piso ou um valor hora diferenciado?

CN Não, a ideia aí é estabelecer condições de trabalho. É diferente do piso, que deverá ser fixado para toda a categoria. Aí o que acontece, exatamente nesse nicho de disciplinas ministradas à distância em cursos presenciais é regulamentar as condições em que os docentes, embora contratados para exercer sua atividade em cursos presenciais, lecionam algumas disciplinas em ambiente remoto. Essas aulas são síncronas (assistidas simultaneamente em que são ministradas, por um determinado número de alunos – uma turma) ou assíncronas (gravadas previamente e exibidas a critério da Instituição de Ensino, para diversos grupos de alunos – várias turmas).

No caso das aulas assíncronas, as “salas virtuais” são muito maiores e contêm mais alunos que as “salas presenciais”. As “turmas” virtuais podem ser compostas por alunos de campi diferentes, situados em cidades ou Estados distintos, de períodos e até de cursos diferentes. Esse fenômeno foi caracterizado pelas Instituições mercantis como “ensalamento” ou, em outras palavras, “preenchimento de carteiras vazias”. Não importa em que condições. Imagine agora uma professora, por exemplo, de estatística, ministrando aulas síncronas, para alunos de engenharia, psicologia, comunicação, matemática, física, arquitetura, de diversos semestres letivos, morando em várias cidades, centenas deles, “ensalados” numa mesma turma virtual. Enquanto isso, vários colegas sofreram redução de carga horária,

pelo simples fato que as suas turmas de origem “desapareceram”, ou melhor, foram “ensaladas”.

Há um cenário ainda pior: aulas assíncronas. Nesse caso, dependendo das condições oferecidas, a própria professora responsável pelas “turmas”, sofrerá redução de carga horária.

Há que atentar para esse fato deletério: nem sempre um professor é demitido e perde o emprego. O professor continua empregado, mas com menor carga horária e salário substancialmente menor. É o que nós chamamos de subemprego. E aceita essa situação. Por vários motivos, entre eles a manutenção de benefícios, como, por exemplo, plano de saúde e bolsa de estudo para os filhos. E tenta completar sua carga horária semanal, lecionando em outras Instituições, sendo admitido com salário inferior, pelo fenômeno anteriormente explicado dos “planos de carreira”. Trabalha muito mais e recebe bem menos.

Você está percebendo que uma questão é decorrente da outra, estabelecendo-se assim um círculo vicioso deletério?

É por isso que fechamos o acordo, mas insistimos em inserir uma cláusula que prevê a negociação dessas duas reivindicações a partir de agora, sem aguardar a próxima data-base. Duas reuniões foram realizadas.

JF Eu tinha evitado de usar o termo, né? Porque ouvi a assinatura do protocolo entre o John Biden e o Lula, o nosso Presidente, sobre o estabelecimento de um protocolo em âmbito mundial pelo trabalho decente. Vale dizer contra a precarização do trabalho.

CN E se aplica muito bem à questão do professor em ensino à distância nos cursos presenciais.

JF Agora, a pergunta para os trabalhadores, professores, e para o sindicalismo é: Em que medida a ascensão desses grandes grupos empresariais, que vêm com aquela conversa de reestruturação que, na verdade, é gastar menos, mandar mais gente embora, é precarizar o trabalho... Em que medida isso vai ter uma interferência qualitativa na mesa de negociações entre empregados e patrões?

LAB Em primeiro lugar, é preciso caracterizar esses

“grandes grupos empresariais”. Em minha opinião, as Instituições de Ensino Superior brasileiras não foram adquiridas por empresas internacionais, com exceção do grupo Laureate que, por sinal, já saiu do país. De um modo geral, acredito que seja “capital de bolsa”, especulativo, brasileiro, em sua grande maioria. Não há transferência de capital para o exterior, apesar de fundos internacionais investirem na aquisição de Mantenedoras, com ações negociadas na bolsa de Nova York.

O comportamento empresarial desses grupos é sempre o mesmo: a avidez pelo lucro, de modo a valorizar o preço das ações em pouco tempo, distribuir dividendos e pagar polpudos bônus aos gestores e, em alguns casos vender a sua parte, diferentemente dos mantenedores que chamo de “tradicionais”, das famílias de educadores que criaram as Instituições de Ensino Superior que, mesmo enriquecendo, reconheciam a atuação dos professores e os valorizavam e prezavam a qualidade de ensino. Os grupos mercantis investem na aquisição de várias Instituições, para criar sinergia e reduzir o número de trabalhadores. Primeiramente, os técnicos administrativos e, num segundo passo, o corpo docente. Principalmente na atualidade, beneficiados pelas mudanças nas legislações trabalhistas e educacionais, como o Celso descreveu.

CN Com a conivência e, mais do que isso, a cumplicidade do Conselho Nacional de Educação, composto por grande número de representantes das mantenedoras privadas, que reduziu ao mínimo absoluto o número de horas-aula para validar os cursos, regulamentou o EaD precariamente e aprovou a resolução que permite ministrar a distância 40% das disciplinas de cada curso. Então há esse aspecto político, além do econômico, a que o Luiz Antônio se referiu e que perpassa o ambiente das negociações salariais. E essa, na minha opinião, foi a nossa grande vitória: a de transmitir esse bastidor político e econômico para a categoria. Conseguimos discutir com a categoria, nos materiais de mobilização e nas assembleias o “ensino do faz de conta” que os grupos

mercantis pretendem oferecer. Apenas um rol de conhecimento operacional, de modo que os egressos das Universidades não sejam capazes de criar, inovar, ou até de propor alternativas a sistemas e métodos importados. Pretendem formar uma sociedade de consumidores de inovação, de tecnologias importadas, de soluções prontas, de cultura. Essa política premeditada atenta contra a segurança nacional. Querem, esses grandes grupos mercantis, massificadores, criar um “país cópia”.

Denunciamos nessa longa campanha a política de “cartelização do teto salarial” que as organizações que mercadejam a educação tentam impor, estabelecendo um valor máximo de hora-aula que deve ser pago pelo conjunto das empresas, independente da qualificação docente, do número e da qualidade de publicações. Os que ganham acima desse valor são demitidos e, inevitavelmente, encontrarão novo emprego em outra Instituição com a mesma característica, ingressando nos degraus iniciais do plano de carreira, cujo teto é o mesmo. Atualmente, esse “teto cartelizado” está por volta de R\$50,00 por hora-aula.

Por isso, repito, é fundamental estabelecer um valor de piso salarial. Não havendo esse “limite inferior”, sendo a oferta maior que a demanda, em virtude das políticas de enxugamento do quadro docente e redução do número de aulas e, nunca é demais dizer, das alterações no quadro de carreira, o valor hora-aula inicial será cada vez menor, desestimulando novos docentes e comprometendo a qualidade da educação. É o círculo vicioso, já citado. E os egressos dessas Instituições? Na maioria dos casos, não encontram emprego na área em que se graduaram e, em busca de maior qualificação, matriculam-se em cursos de pós-graduação, a distância, nessas mesmas Instituições. Sim, o CNE “regulamentou” a oferta de cursos de lato sensu, mestrado e doutorado, integralmente a distância. O desempregado com título de universitário, passará à condição de desempregado pós-graduado. Engorðará o currículo, sem o correspondente aumento no nível salarial ou no nível de ocupação.

JF Há uma ausência do estado brasileiro, né? Como é que a gente faz para que o estado entenda essa situação e dedique mais conhecimento, mais esforço, e talvez até mais recursos para a área da educação privada? Vale dizer, sobretudo, na qualidade da aula e na proteção aos trabalhadores, aos professores.

LAB: Foi havendo uma acomodação do estado em relação à educação superior. Os privatistas ganharam a batalha na Assembleia Constituinte. O artigo 209 da Constituição Federal estabelece que “o ensino é livre à iniciativa privada”. Portanto, ao contrário do que se diz comumente, a Universidade privada não é concessão do Estado. Porém, prossegue o texto constitucional: “atendidas as seguintes condições: I. cumprimento das normas gerais da educação nacional e II. Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” e o artigo 207 prevê que “as Universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

CN A autonomia universitária, expressa na Constituição atendeu a uma forte demanda da academia, por conta das atrocidades cometidas pela ditadura, intervindo nas Universidades Públicas, perseguindo docentes e estudantes e interferindo nas decisões das instâncias acadêmicas. Porém, as privadas “misturaram” os artigos 205 e o 207, interpretando que a autonomia universitária confere às Universidades liberdade para criar ou extinguir cursos, sem que haja autorização do poder público, no caso o MEC e o então CFE (Conselho Federal de Educação). Mas, continua a valer o preceito constitucional que dá ao poder público (MEC e CNE) a prerrogativa de avaliar a qualidade. O que nem sempre é executado.

Em 1996 é sancionada a LDB, mencionada no artigo 207, que manteve a obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e ex-

tensão e estabeleceu critérios de avaliação, quanto ao número de docentes titulados e em contrato de tempo integral.

Novamente o poder executivo interveio a favor das privadas e, em abril de 1997, o ministro Paulo Renato editou o decreto nº 2.207, que regulamentou o funcionamento dos Centros Universitários, nas suas palavras, “Universidades de Ensino”, com a autonomia das Universidades, sem a necessidade de cumprir os critérios de avaliação previstos na LDB.

Como se pode notar, um terreno fértil para o capital germinar e crescer, aumentando o número de vagas em instituições de ensino superior, sem a necessidade de investimentos do poder público, como de resto, foi apregoado pelo neoliberalismo tucano da época; “o estado mínimo”.

Portanto, na nossa opinião, não deveria existir investimento do poder público na educação privada. Os recursos públicos deveriam ser primordialmente investidos na educação pública.

Mas, paradoxalmente, Lula, o único governante que investiu maciçamente na criação de Universidades Federais, criou um sistema de financiamento para estudantes de Universidades Privadas: o FIES que, nas suas palavras, permitiria que pessoas de baixo nível socioeconômico pudessem obter a graduação, enquanto as Universidades Federais se constituíssem. O FIES foi concebido como um excelente programa de inclusão social, mas que foi deturpado ao longo do tempo, transformando-se em um sorvedouro de recursos públicos a engordar os caixas das Mantenedoras. Verdadeiro “capitalismo às avessas”, uma vez que as Instituições privadas de ensino gozavam da facilidade de ter clientes cativos (pelo menos por 4 anos) e receita certa (garantida por recursos do Tesouro), vendendo seu produto (educação) no atacado, a preço de varejo. Em 2014, uma única instituição, a Kroton, abocanhou \$5 bilhões de reais. Resultado: quebrou!

JF O estado brasileiro cumpre a sua missão? Ou ele ainda está recheado de bolsonarismo e foi aparelhado, e a gente está com dificuldade de trabalhar ali dentro?

LAB É preciso que o Estado tome um posicionamento firme, para evitar as “pequenas armadilhas” que vão sendo colocadas ao longo do caminho e que, no final, resultam em um verdadeiro tsunami, como o que nós estamos vivendo, após as incompetentes gestões dos ministros da educação do governo anterior, que ameaçou quebrar a hegemonia do pensamento brasileiro de construção do País. A responsabilidade do governo atual é enorme.

CN O Conselho Nacional de Educação deveria ser o órgão estatal regulamentador, autorizador e fiscalizador da educação privada. Foi concebido para tal, mas está sujeito a interferências do setor privado de ensino. Foi desenhado para ser uma instância onde esti-

vessem representados todos os setores da sociedade: a academia, os docentes, os discentes, os trabalhadores, as famílias dos alunos, os órgãos governamentais, as instituições de ensino públicas e privadas, mas na prática ficou sujeita às indicações do poder executivo. Não é à toa que uma das primeiras atitudes do Michel Temer, ao tomar o poder, foi dissolver a composição do CNE indicado pela presidenta Dilma Roussef e nomear novos conselheiros que, primordialmente, atendessem aos interesses financeiros e ideológicos das mantenedoras privadas. Não foi casual. Era parte do projeto neoliberal de educação que já descrevemos.

No governo Lula, como frisou o Luiz Antonio, espera-se que o Estado, o MEC pelo ministro Camilo, cumpra o seu papel. E, ao que parece, está cumprindo. A CONAE foi convocada para janeiro de 2024, com a incumbência de traçar as linhas que deverão ser seguidas no novo PNE – Plano Nacional de Educação.

Referências:

Assembleia do Superior aprova Convenções Coletivas. SinproSP, 2023. Disponível em: <https://www.sinprosp.org.br/noticias/5158>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Convenção Coletiva de Trabalho do Ensino Superior 2024. SinproSP, 2023. Disponível em: <https://www.sinprosp.org.br/convencoes-e-acordo/1/137>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Convenção Coletiva de Trabalho do Ensino Superior 2022/2023. SinproSP, 2023. Disponível em: <https://www.sinprosp.org.br/convencoes-e-acordo/1/136>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Outubro traz mais boas novas para professoras e professores do Superior. SinproSP, 2023. Disponível em: <https://www.sinprosp.org.br/noticias/5217>. Acesso em: 10 de out. de 2023.

Leitura ampliada:

SinproSP no Ar: Convenções do Ensino Superior e vitória dos professores. SinproSP, 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5SNii9DZYsDXhXixEAbIB5?si=707bec0a988c4571>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

PALHARES, Isabela; MARTINS, Cristiano. Cinco instituições particulares concentram 27% dos alunos de graduação do país. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 de out. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/cinco-instituicoes-particulares-concentram-27-dos-alunos-de-graduacao-do-pais.shtml>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

BANDEIRA, Karolini. MEC avalia autorizar cursos de Direito à distância, mas especialistas citam baixa taxa de aprovação na OAB. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 de out. de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/10/17/mec-avalia-autorizar-cursos-de-direito-a-distancia-mas-especialistas-citam-baixam-taxa-de-aprovacao-na-oab.ghtml>. Acesso em: 17 de out. de 2023.

VALADARES, João. ‘Estamos preocupados com a qualidade’. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 de out. de 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/10/11/estamos-preocupados-com-a-qualidade.ghtml>. Acesso em: 11 de out. de 2023.

Ensino Médio e precarização do trabalho docente nas escolas privadas

Em reflexão a partir do histórico de mudanças e decisões sobre o projeto, o artigo trata dos impactos dele nas condições de trabalho e na pedagogia docente.

Por SANDRA CABALLERO, PRISCILLA BORELLI
e IGOR DE PAULA

“A outra característica estrutural da política educacional brasileira que opera como um desafio para a construção do Sistema Nacional de Educação é a descontinuidade. Esta se manifesta-se de várias maneiras, mas, tipifica-se mais visivelmente na plethora de reformas que está povoada a história da educação brasileira”

Dermeval Saviani, *Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação*, 2008

Muito se tem debatido acerca da Reforma do Ensino Médio, com o enfoque preferencial para as redes públicas e, felizmente, os estudos avançam neste tema. Entretanto, há a carência de um olhar mais aprofundado sobre os seus impactos na rede privada. Mesmo com menor número de matrículas que a pública, não podemos fechar os olhos para a existência das escolas particulares, que formam milhares de cidadãos brasileiros e que têm de ser envolvidas quando questionamos qual é o cidadão que se pretende formar.

Neste sentido, este texto pretende levantar algumas questões acerca da implantação do Novo Ensino Médio (NEM) com um olhar sobre a rede privada. Em especial para os docentes destas instituições, a fim de trazermos à tona problemáticas que estão à margem das grandes discussões, e lançar uma luz a essa classe de trabalhadores.

Para isso, é essencial entender o percurso do NEM nos debates nacionais. Ele surge ainda da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se apresentando como desdobramento da busca de um ensino que se encontra já nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) da virada do século XXI. Esse processo se desenrola no bojo das transformações do sistema capitalista dos últimos cinquenta anos, onde se intensifica o neoliberalismo, que tensiona e precariza os direitos trabalhistas.

Os impactos na Educação percorrem toda a sua estrutura, desde a organização institucional até as relações de trabalho e os aspectos pedagógicos. Sob o horizonte do mercado de trabalho, busca-se um currículo que produza trabalhadores e consumidores, mantendo as relações de poder estabelecidas. Isso é perceptível ao observarmos as interferências e recomendações de instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas políticas educacionais.

Dentro deste contexto, em 2014, a então ainda candidata Dilma Rousseff (PT) incluiu em seu programa de governo a reforma do Ensino Médio, baseada em alterações curriculares que tornassem o ciclo mais atraente e mais próximo da realidade dos jovens brasileiros, principalmente ao observar a questão da evasão escolar, que é uma preocupação legítima.

Segundo o Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD – contínua) de 2019, dos 50 milhões de brasileiros de 14 a 29 anos, 20,2% (ou 10,1 milhões de pessoas) não completaram alguma etapa da Educação Básica, sendo que, ao observar a passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, a evasão

aumenta: aos quatorze anos, a taxa de abandono é de 8,1%, o que chega em 14,1% aos quinze anos, e 18% aos dezesseis. Assim, no Ensino Médio, a evasão escolar é mais que o dobro do Ensino Fundamental. É importante destacar que, mesmo que um dos grandes motivos de abandono escolar seja a necessidade de trabalhar, a mesma pesquisa mostra que entre jovens de 15 a 17 anos, 75% estão fora do mercado de trabalho. Portanto, nem sempre o abandono escolar se concretiza em estar empregado.

Sem detalhar exatamente o que seria essa reforma, havia uma crítica pela própria presidente Dilma ao número “muito grande” de disciplinas obrigatórias. Outro problema era o de focar as mudanças nas questões curriculares, não levando em conta diversos aspectos estruturantes e importantes nessa equação: a infraestrutura das escolas públicas e, até, algumas privadas, onde quadras, laboratórios, bibliotecas, espaços de convivência e refeitórios inexistem ou são inadequados; a melhoria dos salários e da capacitação dos professores; a realidade socioeconômica da comunidade onde a escola está inserida; entre outros tantos exemplos.

No segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), o debate sobre a reforma do Ensino Médio andou muito lentamente, engolido pela crise política que desembocaria no golpe de 2016. Com a subida ao poder de Michel Temer (MDB), o projeto da reforma, além de um projeto autoritário e sem a participação dos diferentes agentes da comunidade escolar, passou a ser uma prioridade, que foi aprovado rapidamente pelo Congresso Nacional em 2017.

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) e, de maneira geral, estabeleceu que a permanência do estudante na unidade escolar passaria de 800 horas para 1.000 horas anuais até 2022. Outro aspecto é, a partir da BNCC, ofertar diferentes possibilidades de escolhas curriculares aos estudantes, os Itinerários Formativos (IF), com foco no ensino profissionalizante. Assim, o curso se tornaria mais atraente a partir do momento em que os estudantes passariam a ter o protagonismo na escolha desses itinerários.

Como 40% (1.200 horas nos três anos do Ensino Médio) dessa nova carga horária dedicada aos IFs, as disciplinas de Formação Geral Básica (FGB) perderam espaço, pois passaram das 2.400 horas para no máximo 1.800 horas e foram, em vários casos, desaparecendo do currículo ao longo da implantação do novo modelo. Aulas de Biologia, História, Sociologia, Filosofia, Geografia, Química, por exemplo, são ministradas apenas no 1º ano, sendo teoricamente contempladas nos IFs a partir da escolha dos estudantes, já vinculados a uma suposta especialização. Para tanto, houve uma organização por áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias (LGT); Matemática e suas Tecnologias (MAT); Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CNT); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS). Além dessas áreas, foram incluídas as possibilidades de Ensino Técnico Profissionalizante e Projeto de Vida.

Em meio a uma pandemia, a implementação do NEM foi bastante irregular em todo o Brasil. No entanto, em São Paulo, com a atuação de Rossieli Soares da Silva, então Secretário da Educação do Governador João Dória (PSDB), a execução foi feita de forma acelerada. Rossieli ainda tinha sido ministro da educação do governo Temer quando a Lei foi aprovada.

Com a vitória nas urnas de Luís Inácio Lula da Silva (PT) em 2022, criou-se a expectativa de uma revogação do NEM que, nos estados onde foram implementados, gerou uma insatisfação violenta entre os educadores e estudantes, principalmente nas escolas públicas. As queixas vão de falta de estrutura para o ensino profissionalizante, itinerários formativos sem fundamentação teórica ou prática, conteúdos não compatíveis com a formação dos professores que os aplicam, ausência de material didático, entre outros.

Para a comunidade da Educação, essas alterações são insuficientes, um remendo em um modelo que não corresponde às necessidades dos estudantes, nem as do país. O Fórum Nacional da Educação (FNE), por exemplo, encaminhou um parecer ao MEC, no período da consulta pública sobre o NEM, com as seguintes considerações: recompor a carga horária destinada à formação básica; definir os componentes



As fragilidades da reforma do Ensino Médio mobilizaram a sociedade

curriculares cujos saberes precisam ser contemplados na oferta das áreas do conhecimento; reduzir o número de itinerários formativos, que passam a se chamar percursos de aprofundamento e integração de estudos; vedar o uso de Educação a Distância na formação geral básica, sem prejuízo de previsão excepcional para situações específicas; elaborar, em conjunto com os sistemas de ensino, um documento orientador do reconhecimento de notório saber para atuação no Ensino Médio, com ênfase na formação técnica profissional; manter o ENEM 2024 circunscrito à FGB (Formação Geral Básica); e para os anos seguintes, solicitar que seu formato seja objeto de debate com a sociedade, no contexto da elaboração do novo PNE (Plano Nacional de Educação).

Já a União Nacional dos Estudantes (UNE), entregou uma carta ao presidente Lula, que esteve presente no Congresso da entidade estudantil, com o seguinte teor: “Queremos a revogação imediata da reforma do

ensino médio, e junto a isso um projeto de uma nova escola, superando esse modelo de ensino médio que não atende mais às nossas perspectivas”.

Por outro lado, o editorial de grandes jornais, como a Folha de São Paulo em “Ajustar a Reforma”, defende as medidas, já que seus editores enxergam no NEM um modelo de educação apropriado e reduzem as críticas feitas por estudantes e educadores a uma questão ideológica. Por meio de suas entidades, Secretários Estaduais (CONSED) e Conselheiros da Educação (FONCEDE) pressionam o governo pela manutenção do ensino à distância, dos itinerários formativos e da redução da carga horária da base curricular comum. Além das entidades citadas acima, o Conselho Nacional de Educação (CNE) pede que o MEC ignore o resultado da consulta pública e que barre qualquer tentativa de alterar ou revogar o NEM. Em documento conjunto, enviado ao MEC, defendem que qualquer alteração seja feita apenas em 2025. Propõem, inclusive, que a moda-

lidade EAD seja oferecida na formação geral básica, definida pelo BNCC. Entidades como o “Todos Pela Educação”, organizadas por grandes empresários e travestidas de especialistas na área, apesar dos claros interesses econômicos, defendem a manutenção do NEM com alguns ajustes.

É preciso lembrar que, por trás das supostas preocupações com a evasão escolar, esse novo modelo abre um importante mercado para empresas educacionais, com o desenvolvimento de material didático para os itinerários; produção de aulas EAD; cursos de formação para professores; são muitas as oportunidades. Ainda, o avanço dos negócios gerenciados por grandes corporações de ensino não se limita às escolas privadas. A lógica ultraliberal também é aplicada à educação e à privatização do sistema público de ensino.

Em meio às polêmicas, debates e consulta pública, o atual ministro da educação, Camilo Santana, anunciou, em entrevista ao 7º Congresso Internacional de Jornalismo de Educação da Jeduca, ocorrido em setembro de 2023, na cidade de São Paulo, o envio de um PL ao Congresso Nacional, alterando o atual NEM. A carga horária para a formação geral seria ampliada de 1800 para 2400 horas. No caso dos cursos técnicos seria de 2100 horas. Os Itinerários Formativos seriam reduzidos para dois, mas o ministro não quis dar detalhes para evitar polêmicas. Apenas afirmou que eles serão definidos em conjunto com o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação.

O ministro também defendeu que todos os cursos de Ensino Médio se tornem técnicos profissionalizantes, como ocorre no Piauí: “Para mim, essa é uma das melhores opções para o Ensino Médio, que é garantir não só a Escola de Tempo Integral, mas a capacitação e formação desses jovens”, disse Santana. Contudo, novamente, não aprofundou os motivos ou a relação disso com a melhoria na qualidade de ensino. Ainda, quando a PL foi efetivamente enviada à Casa Civil, incluiu a obrigatoriedade do ensino de Inglês e Espanhol. É preciso lembrar que, além da aprovação, o Congresso pode alterar o projeto de lei.

Outro ponto importante, colocado pelo ministro, foi a manutenção do ENEM sem alterações até 2024. Segundo ele, a discussão sobre a prova deve ser feita no âmbito do PNE (Plano Nacional de Educação). O que pode ocorrer são adaptações à prova de 2025, com ajustes em uma parcela das avaliações para os alunos que estarão se formando no NEM.

1. IMPACTOS PEDAGÓGICOS DO NEM

1.1 - Impacto Pedagógico

O projeto do NEM aprovado pelo Congresso (2017) está inserido num conjunto de medidas ultraliberais, que visam adequar a Educação ao mundo do trabalho cada vez mais robotizado, onde o emprego com “carteira assinada” e a garantia de direitos trabalhistas vem sendo substituído pela precarização extrema, a uberização, como se convencionou chamar. Mesmo em profissões que reque-

rem uma formação acadêmica, o cenário de precarização e pauperização dos profissionais se faz sentir.

O sonho de um emprego estável, duradouro e com ascensão profissional, que levasse até a aposentadoria, parece uma miragem. Surgem, então, novas terminologias para justificar essa nova realidade e convencer o trabalhador de que o emprego tradicional é algo anacrônico, que impede a sua evolução e independência profissional e financeira. O empreendedorismo é a ideologia que ganha espaço no discurso educacional: “Seja patrão de si mesmo!”, “Desenvolva seu próprio negócio, de preferência com um toque criativo e moderno”, uma startup. Em convergência com o empreendedorismo, a inclusão da Educação Financeira como componente curricular, sobretudo nos colégios privados, vende o sonho da ascensão econômica e social, a partir do discurso da liberdade financeira e do aumento de rendimento e patrimônio. Tanto para jovens estudantes, como para seus pais, esse sonho e discurso é constantemente reforçado por youtubers e coachings financeiros.

O NEM serve a lógica do Mercado, uma educação bancária de produção de um profissional que se submete às condições cada vez mais precárias de trabalho. O caminho para essa lógica foi aberto pela redução das aulas de formação geral e a flexibilização dos currículos com os IF. Uma parcela significativa da população será marginalizada e, acreditando no discurso ultraliberal e individualista, não será capaz de fazer as conexões entre o seu fracasso e o sistema capitalista.

Ao vislumbrar este modelo de formação, ainda há

que se colocar a questão das desigualdades entre as escolas e a questão do acesso às universidades, que ocorre por meio dos vestibulares e do ENEM. A flexibilização curricular não foi amplamente absorvida pelos vestibulares, em especial das universidades estaduais. A diminuição ou extinção da carga horária de disciplinas que são exigidas nestes exames para o acesso ao ensino superior gera um grande problema aos estudantes.

Além das diferenças entre as redes públicas e privadas, dentro da rede privada encontramos uma imensa diversidade de escolas e diversos modelos de ensino.

Nesse universo, podemos pontuar algumas diferenças e problematizar possíveis impactos pedagógicos. Por exemplo, as escolas ofertam seus itinerários formativos no modelo EAD, onde os estudantes têm uma gama maior de opções, mas estão presos a uma metodologia em que não há participação efetiva da comunidade escolar na qual ele está inserido, no seu planejamento e aplicação.

Quando falamos em uso da tecnologia na Educação, num país em que as crianças das escolas públicas estão em busca da merenda escolar para matar a fome, o que pretendemos? Sem cair no lugar comum, de que tudo que ocorre no exterior é adequado ao Brasil, mas sem ignorar outras experiências, é preciso olhar para exemplos em outros países. Como na Holanda e na França, onde estão limitando o uso da tecnologia nas escolas pela percepção de que elas não são facilitadoras do aprendizado. Pelo contrário, a exposição excessiva

às telas prejudica o desenvolvimento cognitivo. Não se trata de assumir uma postura antitecnológica. Afinal, não podemos ignorá-la. A educação tecnológica tem que envolver questões relacionadas à ética; notícias falsas; discurso de ódio; cultura do cancelamento; responsabilidade digital, individual e das grandes corporações; direitos autorais, entre tantos assuntos sensíveis. Não basta o domínio da tecnologia, é preciso voltar o mundo digital para o combate à barbárie e fortalecimento dos valores civilizatórios. Esse é um dos grandes desafios do século XXI.

Há também as escolas que atendem à elite e seus interesses, uma outra realidade. Com bibliotecas, laboratórios, salas de convivência, quadras, espaço Steam, em que já há uma infraestrutura física que permite maior liberdade na adoção dos Itinerários Formativos. Algumas instituições têm produzido o seu próprio material ou utilizado material produzido por empresas que têm explorado esse novo filão de mercado. Vale salientar que o estudante de instituições elitizadas consegue arcar com os custos desses novos materiais, o que nem sempre ocorre com os alunos de classe média, pauperizada pelos últimos anos de crise econômica.

E sem dúvida alguma, existem as escolas menores, “de bairro”, que atendem a uma parcela da classe trabalhadora, que não se reconhece como tal. Autointitulando-se classe média, seja por status ou pela imagem perversa que se construiu sobre o ensino público, mantém, a muito custo, seus filhos na rede privada. Estas escolas possuem estruturas financeiras nem sempre robustas, o que acaba por interferir na implantação de Itinerários Formativos, bem como nos espaços e equipamentos que contribuam com uma produção de conhecimento dentro destes componentes curriculares.

Vale destacar aqui, que, apesar de reclamações de estudantes de escolas privadas sobre a diminuição das matérias tradicionais e os impactos que isso traz, tanto na sua formação quanto na disputa por uma vaga no vestibular, isso não se compara ao que ocorre nas escolas públicas. Até porque a formação dispar entre as diferentes classes sociais se dá, também, por questões como acesso a equipamentos culturais: teatro, cinema, shows, viagens, escola de línguas, prática esportiva e intercâmbio. Ou seja, todo um arcabouço que vai além da unidade escolar.

Por outro lado, é preciso refletir sobre o tipo de formação que é dada nas escolas de elite, uma mera produtora de privilégios e manutenção do status quo, ou a busca de uma burguesia capaz de desenvolver um projeto de nação, lidando com os abismos sociais construídos ao longo da história brasileira.

Um outro aspecto que tem sido pouco abordado é a viabilidade de uma reforma do Ensino Médio pensada de forma isolada, sem levar em consideração os outros níveis da educação: Infantil, Fundamental e Superior. A educação não é dividida em compartimentos isolados, precisa ser pensada como um todo e dentro de um projeto maior de desenvolvimento para o país.

Dentro desse contexto, qual a função do ensino técnico? Normalmente essa modalidade é vista como uma alternativa de empregabilidade para as classes populares. Parece óbvio que nenhum país terá 100% da sua população com formação universitária. Contudo, no Brasil, os níveis intermediários são vistos como opção de ascensão social para os mais pobres, enquanto decadência para jovens de classe média alta ou elite. Será que não é o momento de discutir esse estigma? Por que o ensino técnico não pode ser valorizado para além da questão econômica pessoal e se estruturar a partir das necessidades de desenvolvimento do país, o que implica numa reindustrialização dentro do contexto da Indústria 4.0?

Talvez devêssemos pensar o nosso modelo de Educação a partir do Brasil que queremos para as próximas gerações. Uma formação baseada no desenvolvimento do pensamento científico, do raciocínio lógico, na capacidade de entender a realidade em que se vive e de buscar soluções para os dilemas da vida em sociedade, o que requer o domínio dos conteúdos das disciplinas de Formação Geral. Há um certo clima anti-intelectual, que despreza métodos científicos. Mas não há aprendizado sem o domínio dos processos e a intersecção de saberes. Para isso, é preciso, sim, embasamento teórico a partir do domínio das teses das ciências de todas as áreas envolvidas: Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática. Afinal, a crença em bazarices como “terra plana”, “nazismo de esquerda”, “vacina causa autismo”, está diretamente ligada à falta de conteúdo e pensamento científico.

Por que não simplificar? Antes de desenvolver projetos mirabolantes, que atendem muito mais aos interesses de um mercado voraz pelo lucro, o que implica na formação de uma mão de obra alienada e, portanto, naturalizadora da própria exploração, é nos voltarmos para o básico, criar um ambiente onde a educação, pública e privada, possa promover às crianças e jovens uma formação sólida nas diversas ciências que compõem as áreas do conhecimento, o que engloba as artes e os cuidados com o corpo. Tirar o viés de um Ensino Médio que objetiva apenas aspectos profissionais e voltá-lo para uma formação cultural ampla. Transformar completamente o sistema de ingresso em Universidades, abolindo o vestibular e permitindo aos jovens cursar um primeiro ano básico para, já no ensino superior, definir a sua profissionalização, é uma das questões a serem debatidas.

A nossa Educação não pode ficar refém de um capitalismo periférico, que se contenta com um país agroexportador, refém do sistema financeiro, sem autonomia tecnológica e perpetuador da pobreza, da violência e do abismo que separa ricos e pobres. A Educação tem que ser pensada como um elo de uma cadeia de desenvolvimento dentro de um projeto nacional soberano, que viabilize o bem-estar dos seus habitantes, a preservação ambiental e a integração internacional num ambiente de equidade entre as nações.

Pensar uma reforma do ensino deve passar por questionar qual é a educação que queremos e qual sociedade se pretende construir. Além destes graves impactos na formação de nossos jovens, o que apontamos é, também, um aspecto que compõe o mal-estar docente. Isso porque o docente é o profissional da Educação, aquele que deveria ser autoridade na

temática de pensar o ensino, mas sua participação foi e é negligenciada nos debates sobre uma proposta para o Ensino Médio.

2. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Outra parcela do mal-estar docente está na precarização do trabalho, onde o neoliberalismo transparece tanto na quantidade de professores não efetivos na rede pública, quanto no movimento cada vez mais frequentes nas escolas privadas, conhecido nas salas dos professores como a “dança das cadeiras”.

É um sentimento comum ao final dos anos letivos que os colegas docentes das instituições privadas convivam com a insegurança de saber se estarão empregados ou desempregados a partir de dezembro, algo intrínseco ao capitalismo. Entretanto, esse sentimento tem se intensificado e a “dança das cadeiras” assume um ritmo frenético, em especial com a implantação do NEM.

Na adoção de um novo currículo, que aumenta a carga horária de forma geral, mas designa 40% do espaço para Itinerários Formativos, dentro das quatro grandes áreas do conhecimento, diversos componentes curriculares são criados para cumprir essa jornada. Em reportagem da Folha de São Paulo, de 17 de março de 2023, entre as escolas da rede pública,

em torno de 1500 disciplinas são ofertadas.

Podemos destacar, pelo menos, um ponto problemático: o impacto deste processo na composição da jornada de trabalho dos professores. Esse ponto possui desdobramentos diferentes na rede pública e privada, mas a sensação de mal-estar é compartilhada.

De maneira geral, na rede pública os professores efetivos, que porventura tiveram quantidade de aulas

A nossa Educação não pode ficar refém de um capitalismo periférico, que se contenta com um país agroexportador, refém do sistema financeiro, sem autonomia tecnológica e perpetuador da pobreza, da violência e do abismo que separa ricos e pobres.



diminuídas, foram alocados nas aulas de Itinerários Formativos. Entretanto, a contratação temporária de docentes aumentou, precarizando ainda mais o trabalho nas escolas públicas, conforme estudo “Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil”, de 2021.

Pelo lado das instituições privadas, percebemos a precarização do trabalho observando quatro aspectos na vida do docente: redução de aulas, aumento de trabalho sem correspondente aumento salarial, demissões, e a necessidade de trabalhar em um maior número de escolas.

Se observamos, por exemplo, um Professor de Língua Espanhola, Filosofia ou Sociologia, que de maneira geral possuía em torno de 1 ou 2 aulas por turma e que, com o NEM, perdeu aulas ou até mesmo teve seu componente curricular extinto, precisou procurar emprego em mais de uma escola. O processo de deslocamento e a vivência em ambientes escolares diferentes impõe um ritmo de trabalho muito maior do que já existia. Na prática cotidiana, a carga também aumenta. Ao lecionar em mais componentes curriculares, mesmo que sejam nas mesmas turmas, o número de atividades, avaliações e aulas a preparar aumen-

tam consideravelmente. Por exemplo: um professor de Química que lecionava três aulas por semana em uma turma, com o NEM pode ter tido sua jornada modificada para duas aulas de Química e uma aula de Práticas Laboratoriais. Repare que sua jornada não mudou - e o salário referente a elas também não. Entretanto, a carga de trabalho aumentou por se tratar de dois componentes curriculares.

Ainda, temos a questão de que, como mencionamos, existe uma heterogeneidade entre as escolas privadas. Por serem instituições particulares, a implantação de um novo currículo implica em maior investimento. Existem muitas escolas privadas que atendem à classe trabalhadora. Esse ponto faz com que não tenham condições suficientes de investir para garantir a diversidade curricular. Muitas disciplinas são excluídas e professores dispensados. Como argumenta Margot Andras, diretora de Educação, Formação e Cultura do Sinpro-RS ao Jornal Extra Classe, publicação do Sindicato de 2021, “Esse é um grande problema do professor que só aumenta o salário aumentando a carga horária, se diminui a carga horária, diminui o salário. A gente nunca tem estabilidade nesse sentido”.

3. O NOVO ENSINO MÉDIO E O MAL-ESTAR NA SALA DOS PROFESSORES

3.1 Professores, uma categoria individualmente organizada

Em um certo sentido, pensar o NEM e o mal-estar na sala dos professores exige-nos a tarefa de comunicar um problema que sabemos existir, mas que ainda é camuflado pela necessidade de seguirmos em frente, fazendo nosso trabalho e pagando nossas contas. Trataremos da turbulenta relação entre os professores, e a persistência de continuar acreditando em nossa função social, a partir da valorização do conhecimento e da construção de uma consciência crítica sobre o mundo. Isto não é nada fácil e, para que continuemos, é necessário um encontro com a maneira como Paulo Freire expressou em sua obra, uma comunhão entre as pessoas.

Mas essa comunhão, como utopia revolucionária, pressupõe a integração, a desfragmentação social e a coletivização das consciências, o que parece cada vez mais distante no hipercapitalismo, na sociedade megacompetitiva e na era do ultraindividualismo. Vamos debater em que medida isso se apresenta em nosso cotidiano. No livro *A nova razão do mundo* (2016), de Pierre Dardot e Christian Laval, temos a teorização sobre esse novo momento da história, cujas vidas estão incluídas no cenário da concorrência máxima, os sujeitos-empresa, uma classe inteira de profissionais da educação enxerga a si mesmos como estranhos.

Um estranhamento que se apresenta como alienação do trabalho e do conhecimento. Por sermos indivíduos - do latim *individuus*, uno, indivisível - nos últimos cinquenta anos nos tornamos não somente um componente precarizado do processo produtivo, mas, também, as relações de trabalho no neoliberalismo transformaram colegas de profissão em adversários, às vezes, inimigos. A ideia de “pessoa” hoje está muito associada ao isolamento ou ao grupo comum. Recentemente, fomos expostos aos comandos de isolamento social, mas talvez muitos não tenham se dado conta de que o isolamento e a solidão já são sintomas de nossos tempos.

Responda a algumas dessas perguntas: quantas vezes na semana presenciamos desabafos de insatisfações na sala de professores? De maneira geral, como os professores se sentem enquanto estão na escola: entusiasmados e realizados ou desanimados e frustrados? Enquan-

to conversamos, que assuntos são mais frequentes, casos pessoais, comentários e julgamentos da vida alheia; ou as novas resoluções e leis estaduais que impactam em nosso trabalho? Que posicionamentos políticos são comuns diante desses fatos? De enfrentamento ou de fatalismo? De resistência ou derrotismo?

Acreditamos que boa parte das respostas estará relacionada às posturas de desistência, desmotivação e ingenuidade de pensamento. Profunda descrença no país, nas pessoas, qualquer tópico que porventura envolva a política, muito provavelmente será imbuído de um senso de desqualificação do Brasil e dos brasileiros. Ser menos e ser mais, na teoria freiriana, são noções sem as quais é impossível pensar a realidade nacional. Na desigual sociedade brasileira, que reserva em seu âmago estrutural a exploração racial do trabalho, condicionando grupos e classes sociais, haverá aqueles que são menos, menos importantes, menos representados, menos eruditos, menos preparados, menos tudo o que deveriam ser para adquirir reconhecimento e respeito. Do outro lado, haverá aqueles que são mais, mais importantes, mais representados, mais eruditos, mais preparados, mais tudo o que devem ser para serem admirados e imitados pela classe média. Nesta oposição contraditória, a sociedade brasileira replica-se por intermédio de um quadro de valores que historicamente se reproduz.

A classe média, responsável por popularizar as opiniões, é o vetor por onde se transfere a falsa consciência conservadora e servil da elite econômica brasileira. Na área da Educação, parte dessa classe média heterogênea se torna uma elite intelectual, uma “pequena burguesia” (professores universitários), que formará professores escolares – classe média trabalhadora. Ainda que existam profissionais conscientes e resistentes, temos que deixar de lado qualquer romantismo e idealismo e nos focarmos na essência objetiva da realidade concreta. Compreender que a maior parte dos professores compõe uma classe de mentalidade conservadora e neoliberal.

Nascidos e crescidos no capitalismo, nossas vidas cotidianas são mediadas por essa psicoferaconservadora e neoliberal. Neste contexto, o que regula parte dos interesses é manter-se empregado e garantir os próprios salários, para comprar o carro desejado em prestações, assinar e maratona séries em plataformas de streaming e ir ao shopping chorar porque um herói estadunidense se sacrificou para derrotar uma invasão alienígena.

Provavelmente, também, há docentes que renunciam a qualquer assunto político, gestores e profissionais da Educação que costumeiramente encerram discussões, com os seguintes dizeres: “Política, religião e futebol não se discute!”, “Ah, nada vai mudar, nem adianta discutir isso”, “Entra ano, sai ano e os políticos são os mesmos”, “No final das contas a MC Pipokinha está certa”, “Estamos no Brasil, né? Vai ver o salário do Neymar no Al-Hilal...olha o nosso...”, entre outros comentários fatalistas. O fatalismo, em decorrência do desamparo e do medo, toma conta de boa parte das salas dos professores quando algum tema político entra em pauta.

Nossa hipótese é a de que há uma grande quantidade de docentes que se percebe precarizado, mas, alienado e individualizado, não saberá como se organizar para transformar suas condições. Contudo, imersos nessa sociedade que comprimiu nosso espaço-tempo, precarizou o trabalho – sobretudo na educação dos países periféricos – e fez com que tivéssemos de nos pendurar no emprego possível, não sobra tempo necessário para a organização política. Ter mais autonomia, reconhecimento, respeito e estabilidade é, com certeza, um desejo geral. Mas realizar isso exige consciência e método, caso contrário, a luta será por melhoria salarial e reconhecimento individual, somente. Como fazer a transformação de nossas condições de trabalho em colégios privados frente ao NEM? Temos formação acadêmica e política para isso? Com quem compor? Como se organizar?

3.2 O ovo da serpente e a situação dos professores no NEM brasileiro

A partir de 2013, notamos uma mudança considerável na sociedade brasileira, refletida nas relações políticas, uma série de eventos em cadeia culminou em um novo contexto social. Tal contexto é marcado pelas seguintes situações: a cooptação por parte da direita conservadora das passeatas do Movimento Passe Livre (MPL) em 2013; instauração da Operação Lava Jato em 2014; o golpe político contra a presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016; e a prisão política de Lula (PT), em 2018; foram acompanhadas de outras, simultâneas, tais como o crescimento de uma onda conservadora, que se metamorfoseou no bolsonarismo. Movimento pautado nos valores do fundamentalismo e moralismo cristão tradicional de fachada, a principal psicofera que ajudou a inventar o Brasil. O bolsonarismo, como mitificação de um representante dessa psicofera viva e

concreta, elegeu Bolsonaro (PSL) com 55,54% dos votos válidos. É importante pontuarmos isso e deixarmos de idealizar as coisas. Desses 55,54% de votos, quantos são de professores, coordenadores, orientadores, supervisores e diretores que trabalham conosco? Quantos de nossos colegas de profissão acreditam em Bolsonaro? Quantos de nossos colegas de trabalho acreditam que o problema da educação brasileira é somente o fato de ter pessoas que estudam e pessoas que não estudam, individualizando a culpa e retirando a responsabilidade do Estado brasileiro, historicamente dirigido por uma elite anti-intelectual, entreguista e mesquinha?

Parafraseando Eduardo Galeano, essa é uma “elite dominante-dominada”, explora internamente o povo, essa “gente menor” que não precisa saber muita coisa, porque, no máximo, vai operar máquinas em lavouras, dirigir caminhões carregados de porcos e soja, montar peças em fábricas de móveis. A ausência de um projeto nacional de educação comprometido com a transformação do país, abandonando a condição servil diante do mercado internacional, ditado pelos países hegemônicos organizados na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e Banco Mundial, é a existência de um projeto. Darcy Ribeiro já disse isso há três décadas, mas a situação se mantém.

Formar o nada é formar algo que servirá estrategicamente para compor uma grande massa de subempregados, trabalhadores informais, desregulamentados, um exército precarizado de mão de obra de reserva pronto para ser propaganda da falácia do empreendedorismo. Trocar o vínculo empregatício de Pessoa Física pela Pessoa Jurídica, por exemplo, é um desses saltos de institucionalizar o ser, tornar o indivíduo uma empresa. Vive-se para produzir. Aquele que participa ativamente da produção merece recolher a recompensa, mesmo que ela seja mínima, algumas dezenas de reais em troca de 14h de trabalho como “Uber”, exemplo categórico, talvez máximo, de como as pessoas se veem como empresas. Chamamos “o Uber”, o indivíduo tem o mesmo nome da empresa. O táxi ainda é o carro, o motorista é o taxista.

Voltando aos professores, os de Ciências Humanas e Sociais (CHS), depois do NEM, pode-se falar de um processo de uberização do trabalho docente. Por consequência, a eclosão da pandemia da SARS CoV-2 (covid-19), entre 2019-2021, provocou um cenário que aprofundou as desigualdades no Brasil. A Proposta de



Quantas vezes na semana presenciamos **desabafos** de **insatisfações** na sala de professores? (...) **como os professores se sentem** enquanto estão na escola: entusiasmados e realizados ou desanimados e frustrados? Enquanto conversamos, que assuntos são mais frequentes, casos pessoais, comentários e julgamentos da vida alheia; ou as novas resoluções e leis estaduais que impactam em nosso trabalho? Que **posicionamentos políticos** são comuns diante desses fatos? De enfrentamento ou de fatalismo? De resistência ou derrotismo?



Se queremos construir novas possibilidades, inclusive de subversão frente ao NEM, temos a obrigação de valorizar todos os conhecimentos científicos com o mesmo nível de relevância social (...). A interrelacionalidade do conhecimento é um convite à curiosidade epistemológica do que há de circundante na circunstância, respectivamente, o que está próximo de mim e do que me afeta.

Emenda da Constituição (PEC) 55/2016 (PEC do Teto de Gastos), a BNCC, o Movimento Escola Sem Partido e a Reforma do Novo Ensino Médio, foram consolidados e implementados no contexto do crescimento do bolsonarismo, das perseguições políticas contra a esquerda e de políticas públicas de retrocesso. Comumente, testemunhamos embates e conflitos entre professores que tinham visões políticas distintas, com agressividade maior por parte dos que diziam combater a “doutrinação”. Todos esses eventos e efeitos foram descritos aqui para registrar uma coisa importantíssima: a psicofera da racionalidade cristã-tradicional-conservadora-neoliberal que rege a vida social brasileira.

A situação dos professores no NEM brasileiro não pode ser vista como algo em separado disto. É uma simbiose integrada às falsas consciências coletivas, e que não por acaso eclodiu com o ovo da serpente, o bolsonarismo entre 2016-2020.

4. MAS E AÍ, ESTÁ TUDO BEM OU NÃO? A NECESSIDADE DE SE ORGANIZAR

4.1 O professor e o conhecimento entre a intelectualidade e a tecnicização no NEM

A partir das observações sobre o mal-estar dos professores atuantes no ensino privado, recuperaremos um pouco dessas ideias, a partir do que desenvolvemos anteriormente quanto aos impactos do NEM nesse cenário ilusório em que os professores, profissionais da educação, trabalhadores em acelerada precarização, tiveram um aumento da carga horária de trabalho, rotatividade por instabilidade no emprego, entre outras condições.

Do mesmo modo que o indivíduo deixou de saber partilhar e compor com os outros em comunhão, a necessidade do capital de especializar e fragmentar o conhecimento, criou uma lógica que desintegrou a ciência em grandes e pequenas áreas. Dessa maneira, as pessoas passaram a se especializar, negando as interrelações com as outras. É comum ouvirmos, de estudantes e professores: “Sou de Exatas, não sei nada sobre Heidegger”, “Minha praia é Humanas, pra quê decorar função de 2º grau?”, entre outras falas correlatas. Nesta lógica, cada saber foi ficando em seu quadrado, distanciando-se do outro. Houve uma perda de abordagem holística que,

embora hoje haja o movimento inter, trans e multidisciplinar, é raro encontrar projetos de educação que valorizem o conhecimento em sua potência integral. Até mesmo porque as ciências de mercado (Engenharias, Medicina, etc.) já têm o seu reconhecimento na sociedade capitalista.

No entanto, se queremos construir novas possibilidades, inclusive de subversão frente ao NEM, temos a obrigação de valorizar todos os conhecimentos científicos com o mesmo nível de relevância social. Assim, seria difícil reconhecermos que não se pode compreender as enchentes em um rio – problema típico da disciplina de Geografia – sem saber da organização dos cristais minerais que constituem as rochas – conteúdo da Química –, ou dos efeitos da perda de floresta nativa, que reduz a camada orgânica do solo, ou expondo e favorecendo a erosão – assunto que vemos em Biologia. A interrelacionalidade do conhecimento é um convite à curiosidade epistemológica do que há de circundante na circunstância, respectivamente, o que está próximo de mim e do que me afeta, como defendia Ortega y Gasset. As razões das coisas na vida se dão pelo sentido que nela se constrói, ouvindo e falando com as pessoas, sentindo o que elas sentem. A razão requer sensibilidade. O ser sensível não pode ser mecânico, automático, de dizeres decorados e prontos, como mantras. Precisa ser total, integral, humano.

Mas, se somos cada vez mais contraditoriamente indivisíveis e fragmentados em “grandes áreas do conhecimento”, e especialistas em um único tema, saberemos reconhecer o que há de Língua Portuguesa/Linguagens em todas as áreas do conhecimento? O que há de História na Biologia? O que há de Filosofia na Física? O que há de Arte na Geografia? Assim, o fenômeno da racionalidade neoliberal baseada na concorrência total, levará ao conhecimento distanciado, separado por caixinhas, especializado e fragmentado; conforme a própria DIT (Divisão Internacional do Trabalho) atual, nas especializações produtivas organizadas em clusters regionais (Boston-Massachusetts, nos EUA; Daejeon, Coreia do Sul; Shenzhen-Hong Kong, China; entre outros); da mesma forma como nos individualizamos no trabalho, isoladamente, buscando garantir o seu assento na dança das cadeiras.



Eliminação da reflexão analítica nos itinerários formativos propostos no currículo do NEM traduz conceito compartimentado da Educação: cada sujeito trancado no universo dos seus desafios privados, sem interação com a complexidade da vida. A existência como gestão... A significação da mensagem é plena: o sucesso individual é a meta, não a cultura.

Vivemos, portanto, uma nova fase, que se pretende lançar para um futuro que pode ser ainda mais sombrio. Em distopias cyberpunk como *Blade Runner*, *Neuromancer*, *Count Zero* e *Mona Lisa Overdrive*, por exemplo, vemos como a vida é indigesta, metálica, artificial, violenta e solitária. Mesmo escritos em 1980, os clássicos distópicos parecem, em alguma instância, terem sido retirados da vida atual. Com personagens fadadas à vida de exploração, dormindo mal, comendo mal, sobrevivendo mal também, desanimadas, doentes, vivendo de procedimentos e intervenções robótico-farmacêuticas que tem o propósito de manter a energia produtiva o suficiente até o esgotamento total, o encerramento de todas as possibilidades, o fim da existência, a morte. Algo diferente do que temos vivido? Ou continuamos a fingir desconhecer professores seriamente adoecidos? Quantos atestados, afastamentos, idas a prontos-socorros e internações de professores vemos durante o ano? O que falar dos remédios, calmantes, soníferos, dipironas, ingeridos para continuar trabalhando? Será mesmo que os memes de figurinhas de WhatsApp com Rivotril são uma brincadeira ou a expressão depressiva da função docente na sociedade atual?

Ler um texto como este, de tom razoavelmente pesado, para alguns, pessimista, significa cutucar a ferida aberta do mal-estar docente. Professores doentes é uma situação que precisa ser discutida como caso de saúde

pública e melhoria das condições de trabalho. Se fosse realizado um levantamento estatístico, é possível que nos assombrássemos com os números. Se os casos percebidos são muitos, o que diríamos daqueles encobertos, em que a pessoa sofre em silêncio, por medo de não ser resiliente, de não ter altas habilidades emocionais e, então, ser demitida?

Por isso, este texto, que é um relato de profissionais da educação privada, não pretende entregar respostas, mas levantar o debate e realizar um chamamento daqueles que concordam de que é preciso mudar a realidade que enfrentamos. Precisamos nos encontrar entre os comuns e dividir o peso de nossa situação. Temos o compromisso de nos unirmos para buscar estratégias, formas de resistências frente aos retrocessos e precarizações. É importante lamentá-las, escrever notas de repúdio, publicá-las e difundi-las nas redes sociais, mas o trabalho da organização política exige o diálogo e a comunhão permanente. Os sindicatos são feitos de pessoas em comunhão, para assegurar aquilo que é nosso por direito. Sem essa comunhão, a luta enfraquece, perde o sentido e a direção. Desmobiliza-se e o que restará será o cenário de desamparo. É preciso combater os fatalismos, se queremos superar as injustiças. Ou permaneceremos no caminho de renúncia às transformações, insistindo em nos enganar diariamente, “cada um fazendo o seu”, dizendo que “está tudo bem”. ●

Referências:

Corti, Ana Paula; Jacomini, Márcia Aparecida. Novo Ensino Médio: o embate ainda não acabou. *Outras Mídias*, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/novo-ensino-medio-o-embate-ainda-nao-acabou/>. Acesso em: 10 de set. de 2023

Silva, Camila da; Basilio, Ana Luiza. As grandes desigualdades entre o Novo Ensino Médio na escola pública e na escola particular. *Carta Capital*, 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/as-grandes-desigualdades-entre-o-novo-ensino-medio-na-escola-publica-e-na-escola-particular/>. Acesso em: 10 de set. de 2023

Ajustar a reforma. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de ago. de 2023. Editorial. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/08/ajustar-a-reforma.shtml?utm_source=pocket_saves. Acesso em: 10 de set. de 2023

Lora, Mayra Ivanoff. Novo ensino médio e as trajetórias individuais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 de set. de 2023. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/09/novo-ensino-medio-e-as-trajetorias-individuais.shtml>. Acesso em: 10 de set. de 2023

Reforma de currículo proposta por Dilma gera polêmica nas redes sociais. *O Globo*, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/reforma-de-curriculo-proposta-por-dilma-gera-polemica-nas-redes-sociais-14011499>. Acesso em: 10 de set. de 2023

Daros Jr, Armando. A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, Curitiba, janeiro-junho de 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/issue/view/1685>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Leitura ampliada:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86p. (Série legislação n.125).

Ferretti, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *SciELO - Scientific Electronic Library Online*, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt#>. Acesso em: 10 de set. de 2023.

Soares, F. P. (2020). A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 24, e15. <https://doi.org/10.5902/2236499441843>



Anísio Teixeira: luta por uma educação universal e gratuita para todos

A professora e pesquisadora **Clarice Nunes** detalha e interpreta a vida do educador, uma referência na construção da educação brasileira.

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública.”

Anísio Teixeira, 1900-1971

“

Anísio Teixeira foi o educador mais brilhante do Brasil. Foi também o homem mais inteligente e mais cintilante que eu conheci. Conheci muita gente inteligente e cintilante, mas Anísio foi o mais. Conhecia educação com muita profundidade e foi um homem que refez o seu próprio pensamento várias vezes na vida.” **Darcy Ribeiro**

Anísio Teixeira morreu assassinado no Rio de Janeiro, em algum dia do mês de março de 1971. Preso num quartel da aeronáutica, seu corpo foi jogado no fosso do elevador de um prédio pelos integrantes de um grupo de extermínio de opositores da ditadura. A violência irracional que o vitimou contrasta com o caráter afável de Anísio, um homem de ideias e defensor ardoroso da ampla democratização da escola pública, como instrumento de liquidação das desigualdades profundas que até hoje marcam nossa sociedade.

A determinação com que Anísio Teixeira lutou para implementar seus projetos colocam-no na galeria dos intelectuais que pensaram a modernidade brasileira com base em políticas públicas emancipadoras da cidadania: Paulo Freire, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Raymundo Faoro, Antonio Cândido e muitos outros. Que construíram o amplo projeto de combate às estruturas políticas e econômicas que privatizaram a riqueza nacional nas mãos de uma elite atrasada, que se beneficia da pobreza e da destruição da soberania nacional em seu próprio benefício e em proveito dos interesses internacionais. Resgatar a memória de Anísio Teixeira deve ser o compromisso de todas as professoras e professores.

Parte desse resgate é a pesquisa da Professora Clarice Nunes, que é doutora em Ciências Humanas e Educação pela PUC - Rio, professora titular de

História da Educação da Faculdade de Educação da UFF (Universidade Federal Fluminense) e fundadora do Grupo de Trabalho de História da Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

Uma das principais marcas de Anísio Teixeira na história da educação brasileira é a concepção de valor intelectual e cultural com que ele encarava o papel de professoras e professores desde os níveis mais elementares da escola. Fato que está relacionado com a ênfase que colocou na formação profissional docente em nível universitário e na Educação como área do conhecimento na pesquisa acadêmica. Embora, ao longo do tempo, essa concepção tenha sido “abortada”, o fato de que a Educação ganha novamente destaque na pauta dos grandes desafios nacionais, nos leva a um “eterno retorno”, a uma impressão de que estamos sempre nos repetindo, além de deixar clara a atualidade de Anísio Teixeira.

Ainda, dessa presença intermitente do déficit educacional brasileiro como uma das causas da crise em que vive o setor, os anos 30 já sinalizavam questões que ainda hoje estão na ordem do dia das políticas públicas voltadas para a Educação, não só em termos de práticas pedagógicas mas também na dimensão da Escola como espaço de construção democrática, problemas que Teixeira enfrentou ao longo de sua vida.

GIZ Para começar, e até apresentar aos professores que não conhecem tanto este nome importantíssimo da história da educação brasileira, considerando também as percepções que você aborda no seu trabalho de pesquisa sobre ele, em que você diz que há um Anísio Teixeira contemporâneo, e sobre a “impressão penosa de que estamos sempre a nos repetir”, sobre os desafios da educação no Brasil: Quem é Anísio Teixeira como contemporâneo em 2023?

CLARICE NUNES Quando consideramos os desafios da educação brasileira pode parecer, à primeira vista, que os mesmos obstáculos persistem a uma educação democrática, de qualidade. Sim, os obstáculos persistem, mas num nível até de maior complexidade diante da sociedade em que vivemos, com a forte presença das mídias sociais, da divulgação cada vez mais rápida da informação. A defesa contundente que Anísio Teixeira faz da educação como direito de todos é atualíssima se pensarmos na necessidade de formar cidadãos conscientes, com autonomia de pensamento, que tenham discernimento diante das escolhas que se impõem na vida.

GIZ Há vários conflitos ideológicos e discordâncias sobre estratégias e objetivos pedagógicos que eram já bastante presentes durante a vida de Anísio, e que aparecem hoje na sociedade brasileira: ensino pela família (homeschooling), autonomia dos professores, importância dada às pesquisas sobre educação, entre outros. Como a memória do educador nos ajuda a compreender e interpretar estas questões?

CN Conflitos ideológicos e discordâncias sobre estratégias e objetivos pedagógicos existiram e ainda existem. A questão é como lidamos com ambos. Existem conflitos que ajudam a avançar o pensamento e a ação, e conflitos que os imobilizam. Precisamos identificar uns dos outros e oferecer a resposta adequada em cada situação. Autonomia de pensamento é diferente de autonomia docente. A autonomia docente é uma questão que ganha contornos diferentes no momento atual. Na radicalização da autonomia, cada professor era a autoridade máxima sobre o que ensinava, como ensinava e o quanto ensinava. Isso ocorria na década de 1920, quando os professores criavam seus métodos próprios de ensino e inclusive os vendiam em oferta

pública que aparecia nos jornais da época. Criar um sistema de ensino pressupôs um trabalho de conjunto dos professores, diretores, de todos aqueles dedicados a fazerem uma escola instituinte, que produzisse bons resultados de aprendizagem, de socialização, de encaminhamento dos jovens para diferentes carreiras profissionais num mercado de trabalho que sofre profundas mudanças, sobretudo nos dias atuais, graças ao uso das tecnologias. O que ensinar, como ensinar, quanto ensinar, não é uma questão individual. É uma questão de debate incessante e da formação democrática de consensos na direção do avanço e consolidação de uma sociedade democrática. Em uma perspectiva bem geral, e de um modo hipotético, o ensino pela família é possível para classes abastadas, com suficiente capital cultural e social, o que não ocorre nas famílias das crianças em estado de pobreza e insegurança alimentar.

GIZ Você disse, na sua pesquisa, que se perguntava se realmente era possível alcançar o significado da obra de Anísio Teixeira ao celebrar a sua presença viva e memória. O que a fez pensar nisso? Seu pensamento mudou?

CN Quem pode afirmar, em sua consciência, que conhece o significado de uma vida? Ainda continuo pensando que nos resta aprofundar a busca do inalcançável! Quando trabalhamos com os arquivos, como é o caso da pesquisa histórica, buscamos narrativas, nos documentos preservados (livros, cartas, fotografias, jornais, etc) e nas entrevistas de profissionais que viveram determinadas experiências, do trabalho dos educadores e dos efeitos que esse trabalho teve e tem sobre a coletividade. Buscamos compreender de que modo os educadores pensavam e agiam a partir dos cargos que ocuparam. Queremos compreender em que circunstâncias eles se formaram e as ideias que defenderam, os esforços que fizeram na implementação dos seus projetos, o que idealizaram e o que de fato concretizaram. Esse é um processo inacabado. Quando apresentamos os resultados das nossas pesquisas sabemos que o trabalho, a rigor, não está terminado, mas aceitamos colocar um ponto final, sempre provisório, para criar a possibilidade de divulgação e debate das nossas ideias e convicções

GIZ No seu trabalho você menciona três rupturas da vida de Anísio: com a fé, após sua estadia nos EUA; da solidão, nos momentos que a opressão sobre as suas ideias e trabalho eram grandes; e com o ceticismo que surge na resposta dos educados à violência. Como estes pontos de transformação influenciaram o trabalho dele ao longo de sua trajetória?

CN Gostaria de clarear que rupturas são essas! A primeira ruptura na vida de Anísio Teixeira ocorreu na década de 1920, do século XX, e não foi propriamente uma ruptura com a fé simplesmente, foi uma ruptura com a fé moldada sob a influência da Igreja Católica. Ele teve, na juventude, sua formação realizada em colégios jesuítas e, como declara em correspondência a Fernando de Azevedo, outro importante educador brasileiro, a concepção de que a vida é serviço, desenvolvida na experiência dos colégios católicos que frequentou em Caetité e Salvador, permaneceu com ele até as vésperas de sua morte. Permanece na transformação da sua fé uma atitude interior que guia as ações e não a crença doutrinária.

Apesar das marcas da pedagogia inaciana, sua passagem pelo curso de Pós-graduação em Educação na Universidade de Colúmbia, no ano de 1929, permitiu que mergulhasse numa importante discussão em torno da produção e divulgação das ciências, das ciências sociais e da educação dentro de uma concepção democrática da sociedade. John Dewey, de quem foi o tradutor das obras no Brasil, serviu-lhe como horizonte e inspiração. A discussão científica e literária da qual usufruiu e participou se opôs à doutrina religiosa católica. Foi esta discussão que lhe permitiu repensar e ressignificar suas crenças e convicções.

A segunda ruptura ocorreu em meados da década de 1930, no século XX, quando exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução (o equivalente ao que hoje seria o cargo de secretário municipal de educação) na então capital do país, a cidade do Rio de Janeiro. Os esforços da formidável equipe que comandou instituíram um sistema de educação da escola

primária à universidade. Nesse momento ele sofreu a perseguição de alguns católicos e pensadores autoritários. Sua gestão na condução da educação da cidade foi avaliada como uma estratégia de oposição dentro da estratégia oficial e, como tal, foi combatida e interrompida. Os católicos invadiram a prefeitura e controlaram os serviços educativos. Vencia o projeto repartido de educação: para o povo, uma educação destinada ao trabalho, e para as elites, uma educação para usufruir e exercer a cultura.

A terceira ruptura ocorreu em meados da década de 1960 no século XX, quando tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais tomaram de assalto o campus da recém-criada Universidade de Brasília. Era a primeira de outras duas invasões que ocorreriam em 1965 e 1968. Os policiais procuraram armas. Inspecionaram minuciosamente a reitoria, a biblioteca, todos os escritórios em todos os setores. Prenderam professores e estudantes. Anísio Teixeira foi demitido do seu posto, ao lado de todo o Conselho Diretor da Fundação da universidade. A autonomia universitária foi violentamente agredida. Essa agressão disparou uma campanha de difamação do trabalho até então desenvolvido com dificuldade, mas com muita dedicação e esperança, trabalho espezinhado por setores da imprensa que se aliaram ao regime militar e qualificaram a inovadora obra de educação como manifestação de indisciplina, da subversão, do atentado à doutrina da segurança nacional. Mais uma vez o Estado e setores da imprensa desqualificavam a obra para que a sociedade lhe retirasse o apoio e, no enfraquecimento, a repressão pudesse agir para aniquilar.

Com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), que Anísio Teixeira conduziu e reestruturou, foi gestada ainda nos anos de 1950 e 1960, do século XX, a pioneira experiência de uma escola pública de educação integral no bairro operário da Liberdade, na Bahia, que também foi a primeira no Brasil; foram criados o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais de Pesquisa Educacional espalhados pelo

país que reuniram cientistas sociais e educadores para debater e apresentar propostas para a educação brasileira. Essa articulação entre profissionais, de um lado originários das universidades e, de outro, provenientes do sistema de ensino como membros destacados do magistério, tinha o objetivo de criar condições para pensar e propor soluções para as escolas brasileiras em diferentes níveis. Esses canais de comunicação através dos centros regionais eram antes inexistentes e foram considerados por Darcy Ribeiro uma das mais importantes iniciativas de Anísio Teixeira. A existência desses grupos também provocou críticas de alguns técnicos do INEP que viam nessa medida uma duplicação desnecessária do próprio INEP.

Os momentos tão difíceis vividos pelo educador de 1920 a 1960 não calaram a sua voz, que sempre defendeu a democracia e a educação para a democracia, o que se reeditou por ocasião do debate em que esteve envolvido para a promulgação da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961.

GIZ Anísio nasceu na Bahia, um estado que tem a maior parte da sua população sendo negra. Ainda, nas influências de Dewey, teve contato com suas ideias envolvendo questões raciais e imigração. Estes aspectos, que são bastante atuais no que permeia a educação, aparecem de alguma forma no trabalho e trajetória do educador?

CN Anísio Teixeira propôs concretamente uma educação comum, de qualidade, para o homem brasileiro, rico ou pobre, negro, branco ou pardo, nascido neste país ou vivendo aqui. Esse é o maior alcance da sua concepção e do seu trabalho. Como disse na conferência que proferi no ano 2000 no encontro da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Educação: Anísio defendeu uma escola pública com um ensino básico de qualidade para todos, onde a pesquisa fosse assumida como componente do ensino, e em que os espaços e os tempos da educação fossem significativos para cada sujeito dentro dela. Uma escola bonita, mo-

derna, integral, em que o trabalho pedagógico apaixonasse e comprometesse professores e alunos. Uma escola que construísse um solidário destino humano, histórico e social.

GIZ Há uma citação do autor que você destaca na sua pesquisa, de memória, de que o pensamento é o ato mais vigiado de todos. O que isso significava para Anísio, principalmente dentro de suas ideias sobre democracia? Como você enxerga esta afirmação dele frente às opressões que ele sofreu e até mesmo na forma como a sua morte aconteceu?

CN Este educador e as equipes que formou enfrentaram uma acirrada oposição dentro do aparelho de Estado. Fizeram frente a ferozes interesses privatistas. As políticas educacionais que Anísio Teixeira sustentou retiravam privilégios e se abriam para a expansão e manutenção da qualidade de ensino. Em toda a produção de Anísio Teixeira, nos seus quarenta anos de vida pública, o tema da democracia no âmbito da escola e fora dela foi decisivo e se impôs sobre outros temas, ganhando na sua obra, mas principalmente com a sua vida, uma entonação própria, distinta mesmo de outros intelectuais que colaboraram com os seus projetos ou se opuseram a eles. Do ângulo da educação popular, as construções escolares que edificou, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Salvador, foram palco de uma expansão regulada tanto das atividades estudantis, quanto da sua comunicação interativa.

GIZ Algo mudou, nos últimos anos, na sua percepção sobre quem foi Anísio Teixeira?

CN Minha admiração pela obra do educador e meu desejo de continuar estudando as experiências educativas que criou permanecem intactos. Dizia ele, e repito de memória, que todos aqueles que nos antecederam sofreram mais do que nós e por esse motivo tudo lhes deveria ser perdoado. É um pensamento que acolho dentro de mim quando penso no educador. Creio que esse modo de pensar revela uma grande sensibilidade e generosidade no que se refere às nossas experiências humanas.

GIZ Pensando nas professoras e professores do ensino privado, que são os nossos leitores, o que você destacaria da vida e pensamento de Anísio Teixeira?

CN O que destaque é o significado de uma educação de qualidade para todos. Não se trata apenas de difusão do conhecimento, mas também de cultivar uma outra qualidade de relações que combatam a violência encarnada nas instituições, com todas as suas múltiplas faces e perigos: na família, onde muitas situações revelam a desproteção de crianças, mulheres e idosos; na escola, espaço de discriminação, de exclusão de classe, etnia e gênero. No trabalho, urbano ou rural, a presença precoce da criança, os índices alarmantes de acidentes, o esvaziamento das organizações sindicais, a violação dos direitos e a desumanidade das relações, condições e processos de trabalho. Na política, o combate à corrupção no trato da coisa pública. A violência cresce diante da ausência de sentido para se estar no mundo. Precisamos nos perguntar, o quanto está instalada essa mesma violência em nós? O quanto negamos e recusamos nosso sofrimento no trabalho e na escola? Como dialogar com o mundo que nos cerca sem realizar a crítica ao nosso próprio modo de pensar?

Os duros testes de realidade aos quais os ideais de Anísio Teixeira foram submetidos ensinaram-no

que o desafio da evolução das instituições democráticas exigia do administrador o discernimento para realizar gestos contundentes seja de apoio, seja de poda, já que aprendera a um alto preço que a democracia não se realiza por si mesma, mas é produto da vontade organizada com um propósito lúcido para a conquista dos seus objetivos. Ele nos ensinou que a educação, como ato político, é o direito dos direitos.

Ainda, Anísio Teixeira, foi um dos homens mais bem preparados para a gestão pública da educação entre nós. Ao contrário do senso comum e hegemônico da literatura pedagógica dos anos de 1970 a 1990, que o apresentou como um tecnicista, americanista ou comunista, as interações entre as narrativas de diversos tipos de documentos que localizei nos arquivos Anísio Teixeira, do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, me conduziram a outra perspectiva. Revelou-se, na minha ótica, um pensador liberal crítico que exercia a política para defender sua obra educativa, que não poupava esforços para materializar o sonho de uma escola integral, de uma experiência escolar que articulasse todos os níveis de ensino, colocando conhecimento e recursos materiais e humanos nessa direção em todas as instituições que dirigiu. Nos seus manuscritos sobre a escola, o conhecimento e a aprendizagem, Anísio promove a valorização da

experiência infantil por meio da investigação e da experimentação. Defende também que a criança não apenas receba o conhecimento, mas o deseje e trabalhe pessoalmente pela sua conquista. Apenas essa atitude formaria, em sua visão, o caráter humano.

A violência político-ideológica de diversos atores e grupos organizados barrou as iniciativas do educador, mas não venceu a sua implacável denúncia de que a privação da educação torna impossível até a simples sobrevivência. Anísio Teixeira estava convencido de que sem a qualidade cognitiva e psicossocial das experiências de conhecimento não existem vivências da esperança. Sua obra é resultado da eleição da educação como foco de trabalho. Sua motivação em torno desse foco é ainda mais preciosa pela sua persistência. A persistência de toda uma vida!

Referências:

NUNES, C.. Anísio Teixeira: a poesia da ação. 1. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2000.

NUNES, C.. Anísio Teixeira: um mestre pela escola pública. *Veredas* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.56, p. 28-29, 2000.

NUNES, C.. Trajetória intelectual e identidade do educador: Anísio Teixeira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n.197, p. 154-166, 2000.

NUNES, C.. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 21, n.73, p. 9-40, 2000.

Leitura ampliada:

Rocha, João Augusto de Lima. *Breve história da vida e morte de Anísio Teixeira: desmontada a farsa da queda no fosso do elevador*. 1. ed. Edufba, 2019.

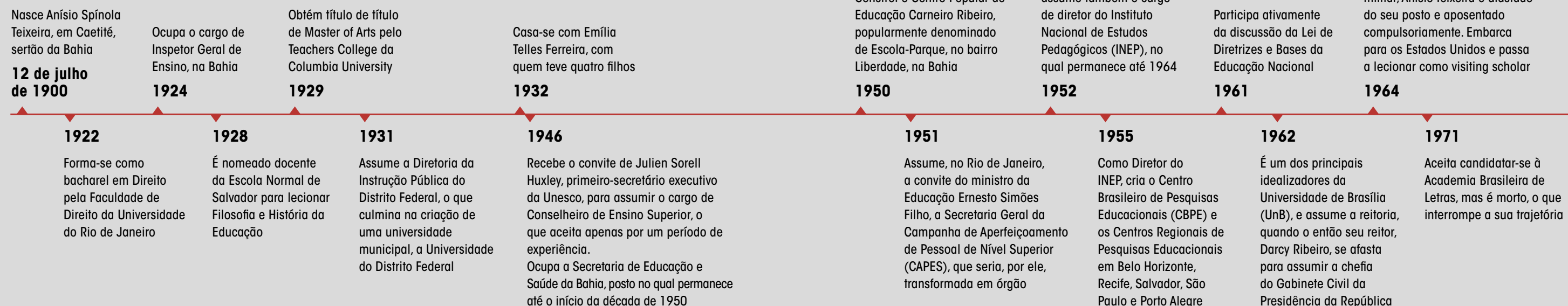
Pinto, J. E. V. (2022). Anísio Teixeira, currículo, estudo da cultura e construção de identidades nas escolas. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 8(28). Recuperado de <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4359>

SATO, B. A.; CASTIONI, R. Formação docente: Discussão internacional e a atualidade das ideias de Anísio Teixeira. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, IS. 1.1, v. 14, n. 31, p. 125–138, 2022. DOI: 10.31639/rbpf.v14i31.616. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/616>. Acesso em: 28 set. 2023.

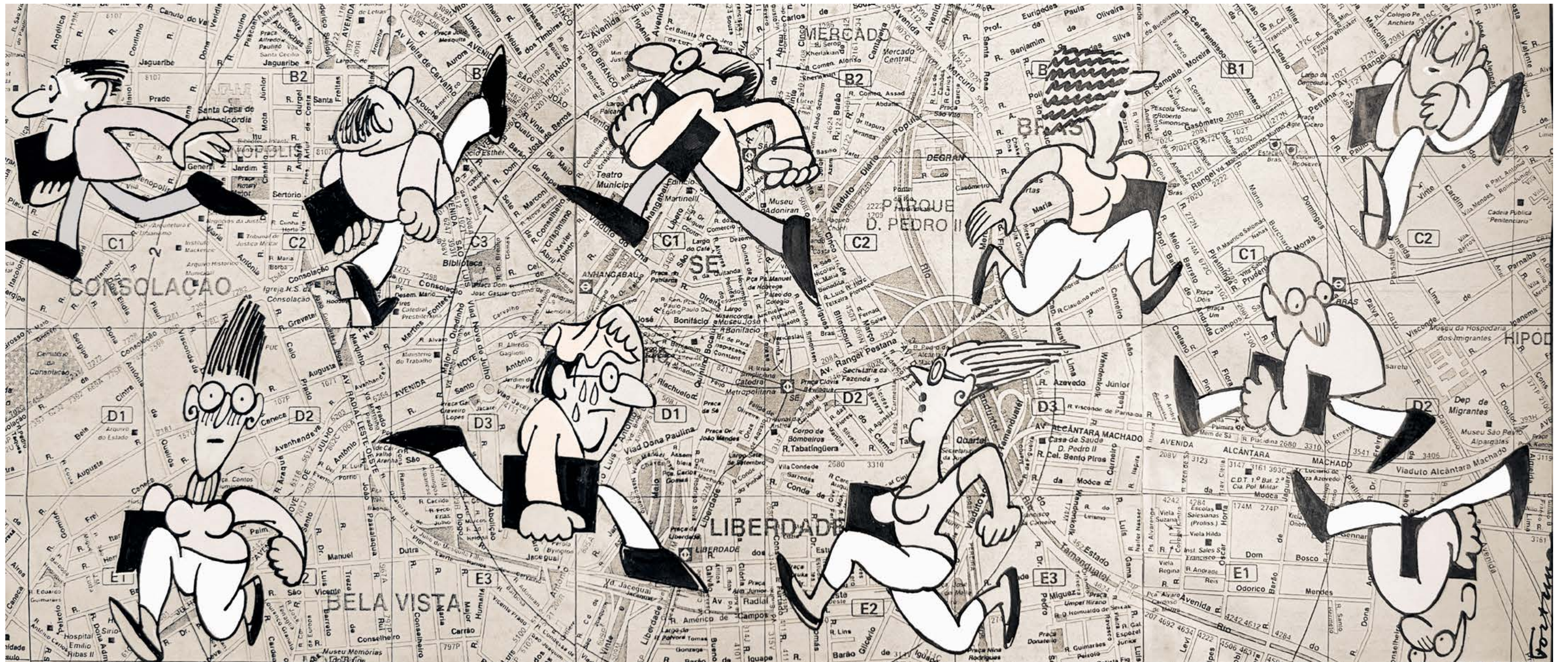
Fernandes, F. K. M., & Reis, J. P. M. (2023). Ideias de Anísio Teixeira sobre educação e cultura em jornais do Alto Sertão da Bahia, na primeira metade do século XX. *Horizontes*, 41(1), e023008. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v41i1.1386>

Saiba quem foi Anísio Teixeira e conheça seu legado. gov.br Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/saiba-quem-foi-anisio-teixeira>. Acesso em: 28 set. 2023.

Linha do tempo da vida de Anísio Teixeira



_charge



Reginaldo José Azevedo Fortuna (1931-1994)

Fortuna foi um dos mais talentosos e completos artistas brasileiros. Seus traços elegantes e seu olhar aguçado retrataram, por décadas, cenas cotidianas e momentos importantes da vida nacional. Em 1969, após o AI-5, juntou-se a outras figuras geniais para dar vida ao Pasquim, colocando a sua arte a serviço da resistência contra a ditadura.

Em 1993, passou a colaborar com o SinproSP até a sua morte, em setembro de 1994. Como ilustrador, retratou o cotidiano de professoras e professores, com muita ironia, delicadeza e graça. Do trabalho em várias escolas às crescentes exigências que roubam o tempo destinado ao lazer, nada passava despercebido à genialidade de Fortuna. Um trabalho atemporal e eterno, que integra a história do Sindicato e de toda a categoria.

Silvia Barbaro, diretora do SinproSP

Publique na revista GIZ

Aqui você encontra o manual com o passo a passo para compartilhar seu artigo sobre temas relevantes às professoras e aos professores

As submissões devem ser feitas exclusivamente através do e-mail revistagiz@sinprosp.org.br, nos padrões e diretrizes indicados abaixo. É preciso incluir um endereço de e-mail e um contato telefônico válido para retorno.

Além disso, as submissões que não estiverem de acordo com as especificidades serão devolvidas aos autores para os ajustes necessários:

Diretrizes para autores

- » A contribuição deve ser original e inédita, e não pode estar sendo avaliada para publicação por outra revista ou mídia; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”;
- » Todos os autores são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho;
- » O artigo deve representar uma contribuição relevante para o tema abordado, devendo apresentar referencial teórico consistente, argumentação clara e explícita e correção de linguagem. A correção linguística do texto é de responsabilidade do autor;

- » Os autores declaram não infringir as normas de conduta ética da produção e publicação do conhecimento;
- » Os artigos devem conter um título que corresponda à ideia geral do trabalho, não devendo exceder a 80 caracteres;
- » A avaliação dos artigos respeitará a observação dos seguintes aspectos: adequação do artigo ao tema proposto por ele (com esclarecimento sobre seu objetivo, temática e, quando houver, procedimento metodológico e resultados); consistência teórico-metodológica (com relação aos conceitos, à densidade analítica e ideias conclusivas); relevância (com relação às frentes temáticas da GIZ); originalidade do trabalho; adequação à norma padrão da língua e à conduta ética;

Condições para submissão

- » Só são aceitos textos em língua portuguesa;
- » Trabalhos apresentados em congressos serão aceitos desde que incorporem sugestões e melho-

- rias discutidas e apresentadas no evento, o que deve ser informado em “Comentários ao editor”;
- » No momento da submissão, é preciso preencher as informações de cada um dos autores, que incluem: nome completo; nome para publicação (social ou versão reduzida de preferência); mini biografia de no máximo 200 caracteres com espaço; link doattes ou de outras referências de trabalhos (como livros e textos publicados, por exemplo), quando houver;
- » O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word ou Google Documentos, adotando as normas ABNT para artigos técnico-científicos;
- » URLs para as referências devem ser informadas quando necessário;
- » A identificação de autoria deve ser informada no manuscrito e a equipe editorial garantirá o sigilo da avaliação cega pelos pares, ao retirar as informações antes de encaminhar aos avaliadores;
- » Cada artigo poderá ter no máximo três autores;
- » Um autor não poderá ter mais de um artigo em processo de avaliação;
- » Os artigos devem conter entre 30 e 50 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências;

Padrão de formatação do artigo

- » Espaçamento entre linhas de 1,5;
- » Fonte no tamanho 12 e Times New Roman;
- » Itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL);
- » A4, retrato;
- » Margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm. As citações textuais diretas devem estar com recuo de 4cm, espaçamento simples e tamanho 10;

- » As figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos;
- » Texto justificado, exceto as referências, que são alinhadas à margem esquerda, com espaçamento simples e um espaço simples entre elas;
- » As tabelas, gráficos, fotografias e demais ilustrações deverão ser enviadas em alta qualidade e em formato editável. Devem ser numeradas, consecutivamente, na ordem incluída no texto e encabeçadas pelo título, e conter legendas sobre sua fonte/origem e outras informações necessárias para interpretação dela;
- » Notas de rodapé, quando existirem, devem ser breves e numeradas sequencialmente.
- » A lista de referências deve obedecer às normas da ABNT;
- » Para a lista de referências, seguem alguns exemplos:

Livro

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

ou

SOBRENOME, Nome Abreviado; **SOBRENOME**, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de publicação: Editora, data de publicação da obra.

Publique na revista GIZ

Artigo online

SOBRENOME, Nome Abreviado. Título: subtítulo (se houver). Nome do site, ano. Disponível em: (link). Acesso em: (data).

Artigo de revista

SOBRENOME, nome abreviado. Título do artigo. Título da Revista, (abreviado ou não) Local de Publicação, Número do Volume, Número do Fascículo, Páginas inicial-final, mês e ano.

Tese

SOBRENOME, nome. Título: subtítulo. Ano de apresentação. Número de folhas ou volumes. (Categoria e área de concentração) – Instituição, Local, ano da defesa.

Matéria de jornal

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do jornal, cidade de publicação, dia, mês e ano. Seção (se houver). Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Artigo/matéria de site

SOBRENOME, Nome. Título da matéria. Nome do site, ano. Disponível em: <URL>. Acesso em: dia, mês e ano.

Homepage

AUTOR OU ORGANIZAÇÃO. Nome do site, ano. Ementa (descrição). Disponível em: <endereço completo>. Acesso em: dia, mês e ano.

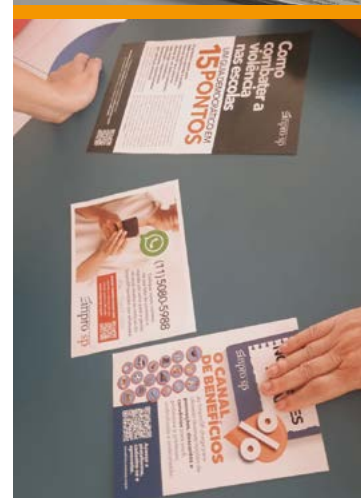
Declaração de Direito Autoral

- » A publicação se reserva o direito de efetuar, nos originais, alterações de ordem normativa, ortográfica e gramatical, com vistas a manter o padrão culto da língua, respeitando, porém, o estilo dos autores;
- » As provas finais não serão enviadas aos autores;
- » Os originais não serão devolvidos aos autores;
- » Os autores mantêm os direitos totais sobre seus trabalhos publicados na Revista GIZ, ficando sua reimpressão total ou parcial, depósito ou republicação sujeita à indicação de primeira publicação na revista, por meio da licença CC BY-NC-SA 4.0;
- » Deve ser consignada a fonte de publicação original;
- » As opiniões emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade;
- » Cada autor receberá cinco exemplares da revista, caso esteja disponível no formato impresso.

Política de Privacidade

A GIZ segue as normas da LGPD. Os nomes e endereços informados nesta Revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por essa publicação e o SinproSP na sua produção e divulgação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Publique na revista GIZ



SINPRO

PRESENTE!



MOBILIZAÇÕES

COLÔNIA DE FÉRIAS

NEGOCIAÇÕES SALARIAIS

SINPRO SEMPRE

Onde você estiver

BOLETIM

CURSOS

DIREITOS

LUTAS

ASSEMBLEIAS

ATENDIMENTO JURÍDICO

BENEFÍCIOS



www.sinpro.sp